

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

FORMULAÇÃO DE INDICADORES QUALITATIVOS DE ACESSIBILIDADE: O CASO
DA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE

Jorge Sebastião Gentil Junior

Rio de Janeiro

2016

Jorge Sebastião Gentil Junior

FORMULAÇÃO DE INDICADORES QUALITATIVOS DE ACESSIBILIDADE: O CASO
DA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB- UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Cládice Nóbile Diniz

de Janeiro

2016

Jorge Sebastião Gentil Junior

FORMULAÇÃO DE INDICADORES QUALITATIVOS DE ACESSIBILIDADE: O CASO
DA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB- UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Aprovado em 16 março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Cládice Nóbile Diniz – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Edicléa Mascarenhas Fernandes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª. Geni Chaves Fernandes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho ao meu filho Lucas e minha esposa Danielle. Sem eles seria impossível buscar esse Título.

AGRADECIMENTOS

Neste momento onde o cansaço físico e principalmente mental se mistura com a emoção de uma etapa vencida, muitas vezes fica até difícil se lembrar de todas as pessoas que, de fato, contribuíram efetivamente não somente para a elaboração dessa Dissertação, como com o curso. De fato, o Mestrado Profissional em Biblioteconomia foi o maior desafio acadêmico e pode se dizer profissional da minha vida. Diante de graves problemas de saúde e pessoais que enfrentei durante o Mestrado, fizeram com que eu valorizasse muito mais essa conquista.

Agradeço a Jesus Cristo e sua mãe Maria por ter estado comigo enquanto estive entre a vida e a morte no CTI do hospital ainda no início do curso me dando forças que jamais conseguirei explicar. Agradeço também aos meus santos e guias de proteção os quais também me carregaram no colo enquanto eu passava pelo maior problema de saúde da minha vida.

Agradeço também a minha família, em especial, meus pais maravilhosos, minha esposa guerreira pelos momentos que abriu mão de estarmos juntos para que pudesse me dedicar a Dissertação, minha irmã e meu filho o qual se tornou o maior incentivo para que eu não desistisse dessa árdua caminhada. Algo que passou pela minha mente, no mínimo uma dúzia de vezes.

Agradeço a minha amiga pessoal e de trabalho Maria Emília, a qual sempre me incentivou a fazer o Mestrado para que pudesse estar me qualificando cada vez mais. Em especial, agradeço a minha amiga do Mestrado Maria Ione, que foi meu anjo da guarda me passando tudo que ocorria nas aulas enquanto recuperava minha saúde e me incentivando a não desistir, vibrando e dando Glória a Deus a cada melhora minha.

Agradeço a minha amiga e orientadora Cládice, que surgiu como um anjo enviado do céu e mudou totalmente o meu rumo no Mestrado me dando coragem e palavras de incentivo para que eu não desistisse, mesmo diante de muitos acontecimentos adversos.

Agradeço as professoras Edicléa Mascarenhas Fernandes e Geni Chaves Fernandes pelas contribuições e conselhos no exame de qualificação.

À secretária Elíude, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, sempre atendendo aos meus pedidos, com educação e respeito, dos mais simples aos mais urgentes.

Agradeço também a UNIRIO por proporcionar um ensino de Excelência e Público.

“A fé é o alimento da alma. Já deu tudo certo!”

RESUMO

A questão central desta pesquisa foi avaliar as condições de acessibilidade, do ponto de vista arquitetônico, em bibliotecas universitárias para pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade reduzida. A partir de pesquisa bibliográfica tratou-se de apresentar as considerações atuais acerca da deficiência física em si, suas particularidades e tipologias, sobre a questão da acessibilidade e suas legislações e normas, além de tratados, convenções e declarações internacionais que tratam à temática. A revisão da literatura permitiu contextualizar a acessibilidade e inclusão no ensino superior, o direito à informação e as políticas atuais. Examinando o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU) da Universidade Federal Fluminense com o objetivo de avaliar essas condições, considerou-se que as avaliações de atendimento a esta exigência legal tem tomado por base de prédio modelar quanto à acessibilidade as determinações da norma técnica NBR 9050 e outras vigentes, visando a melhor inclusão dos alunos. Sendo estudo de caso exploratório, com finalidade explicativa da situação desta biblioteca quanto à acessibilidade, esta pesquisa desenvolveu um instrumento para a avaliação qualitativa da acessibilidade arquitetônica por indicadores de acessibilidade física que consideram de um lado a NRB 9050 e de outro sua adequação ao caso do prédio de uma biblioteca. Os indicadores elaborados apontam dimensões da Acessibilidade e Inclusão nas bibliotecas, desde a de seu espaço físico à de seu entorno e de dependências que servem de extensão aos seus usuários. A pesquisa documental permitiu descrever o Programa de Inclusão da Universidade Federal Fluminense, o Sensibiliza UFF, sua criação, seus projetos e ações. A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2015, quando se aplicou à biblioteca objeto da pesquisa o instrumento desenvolvido. O tratamento de dados da aplicação, realizado por método qualitativo, indutivo, permitiu um mapeamento da situação por indicadores, incluindo-se fotografias para melhor compreensão. Concluiu-se que pessoas com deficiências físicas e reduzida mobilidade enfrentam diversas barreiras para acessar a BAU e que os bibliotecários têm importante papel na sua inclusão. Espaços e os equipamentos devem ser planejados seguindo preceitos do desenho universal, de forma a atender as especificidades da sociedade como um todo. Recomenda a formação e capacitação dos bibliotecários para atendimento de pessoas com deficiência nas bibliotecas indivíduos para proporcionar que a biblioteca em que atua torne-se acessível.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Bibliotecas Universitárias. Deficiência Física. NBR9050/2015.

ABSTRACT

The central question of this research was to evaluate the conditions of accessibility, architectural point of view, in university libraries for people with disabilities or reduced mobility. From bibliographical research was to present the current considerations about the disability itself, its peculiarities and typologies, about the issue of accessibility and their legislation and standards, in addition to international treaties, conventions and declarations dealing with the subject. The literature review allowed contextualize the accessibility and inclusion in higher education, the right to information and current policies. Examining the case of the library of architecture and Urbanism (BAU) of the Universidade Federal Fluminense in order to evaluate these conditions, it was considered that the assessments of compliance with this legal requirement has taken on the basis of building model about the accessibility of determinations technical standard NBR 9050 and other regulations in order to better inclusion of students. Being exploratory case study, with the purpose of explaining the situation of this library with regard to accessibility, this research has developed a tool for qualitative evaluation of the architectural accessibility for physical accessibility indicators to consider on the one hand the NRB 9050 and their suitability to the building of a library. The elaborate indicators point dimensions of accessibility and Inclusion in libraries, since its physical space to its surroundings and dependencies which extension to its users. The documentary research has allowed to describe the Inclusion program of Universidade Federal Fluminense, UFF, its creation Makes their projects and actions. The field research was carried out in the second half of 2015, when applied to the object of the research library the instrument developed. The treatment of application data, conducted by qualitative method, inductive, enabled a mapping of the situation by indicators, including photographs for better understanding. It was concluded that people with disabilities and reduced mobility face various barriers to access the BAU and that librarians have important role on their inclusion. Spaces and the equipment shall be designed following principles of universal design to meet the specific needs of society as a whole. Recommends the formation and training of librarians for disabled individuals to provide libraries that the library acts become accessible.

Keywords: Accessibility. University Libraries. Physical Disability. NBR9050/2015.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Ônibus acessível que atende ao Campus da Praia Vermelha.....	68
Fotografia 2 - Calçamento irregular da Rua Passo da Pátria.....	69
Fotografia 3 - Faixa de pedestre em frente à entrada do Campus da Praia Vermelha.....	70
Fotografia 4 - Calçamento irregular do Campus da Praia Vermelha.....	71
Fotografia 5 - Rampa de acesso em frente à entrada do Campus da Praia Vermelha.....	71
Fotografia 6 - Entrada do prédio onde se encontra a biblioteca.....	72
Fotografia 7 - Entrada da biblioteca.....	74
Fotografia 8 - Guarda-volumes da biblioteca.....	79
Fotografia 9 - Piso da biblioteca.....	81
Fotografia 10 - Corredor da biblioteca.....	82
Fotografia 11 - Sanitário que atende à biblioteca.....	84
Fotografia 12 - Lavatório do sanitário que atende à biblioteca.....	85
Fotografia 13 - Balcão de atendimento aos usuários da biblioteca.....	88
Fotografia 14 - Mesa de estudos dos usuários da biblioteca.....	90
Fotografia 15 - Espaçamento entre as estantes da biblioteca.....	92
Fotografia 16 - Espaçamento entre as estantes da biblioteca.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados do Censo Demográfico do Brasil do ano de 2010.....	20
Quadro 2 - Entorno da Biblioteca.....	68
Quadro 3 - Entrada da Biblioteca.....	73
Quadro 4 - Espaços internos da Biblioteca.....	75
Quadro 5 - Pisos da Biblioteca.....	80
Quadro 6 - Corredores da Biblioteca.....	81
Quadro 7 - Sanitários da Biblioteca.....	83
Quadro 8 - Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca.....	86
Quadro 9 - Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca.....	89
Quadro 10 - Estantes da Biblioteca.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunos matriculados em Instituições de Ensino Superior.....	45
Tabela 2 - Alunos com deficiência matriculados em IES.....	46
Tabela 3 - Percentual de participação de alunos com deficiência em relação ao total de alunos inscritos em IES, Públicas e Privadas.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área para manobra de cadeirantes, sem deslocamento.....	77
Figura 2 - Área para manobra de 90° e 180°, com deslocamento.....	78
Figura 3 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé.....	78
Figura 4 - Exemplo de balcão de atendimento (vista lateral e superior).....	87
Figura 5 - Distância mínima entre estantes em bibliotecas.....	91

LISTA DE SIGLAS

ABBU	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BAU	Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
FONOPRACE	Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAIS	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBR	Norma Brasileira
NDC	Núcleo de Documentação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Pessoa com Necessidade Especial
PROAC	Pró-Reitoria Acadêmica
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DA CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA AOS RECURSOS DA INCLUSÃO	19
2.1	A CONDIÇÃO DA DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	19
2.2	A ACESSIBILIDADE NA SOCIEDADE INCLUSIVA.....	22
3	ACESSIBILIDADE: LEGISLAÇÕES E NORMAS	26
3.1	A EVOLUÇÃO LEGAL DO CONCEITO.....	26
3.2	AS PRIMEIRAS LEIS E NORMAS.....	27
3.3	A CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	31
3.4	AS NORMAS TÉCNICAS.....	32
3.5	A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	33
3.6	AS LEGISLAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E O ENSINO SUPERIOR.....	35
4	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	39
4.1	O DIREITO À INFORMAÇÃO.....	39
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	41
4.3	ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	45
5	AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	49
5.1	O CONTEXTO HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS.....	49
5.2	AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A ACESSIBILIDADE.....	52
6	METODOLOGIA	56
6.1	O SUJEITO E O UNIVERSO DA PESQUISA.....	58
6.2	A COLETA DE DADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	59
6.3	A ANÁLISE DOS DADOS.....	60

7	RESULTADO DA PESQUISA DOCUMENTAL: O SENSIBILIZA UFF.....	62
7.1	APRESENTAÇÃO DO SENSIBILIZA UFF.....	62
7.2	UM OLHAR HISTÓRICO.....	64
7.3	A MISSÃO, A VISÃO, OS VALORES E OS OBJETIVOS DO SENSIBILIZA UFF.....	65
8	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFF.....	67
9	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFF.....	86
10	CONCLUSÃO.....	94
11	RECOMENDAÇÕES.....	99
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

O século XX apresentou avanços significativos em relação ao entendimento às formas de vida existentes no mundo e aos próprios seres humanos. Os direitos humanos, em todos os seus âmbitos, foram deliberados e começaram a ser concretizados neste momento.

O respeito à diversidade humana nos leva a analisar que as pessoas possuem aptidões diferentes e algumas necessitam de condições especiais para desempenhar determinadas tarefas e atividades.

O desenvolvimento de ajudas técnicas, principalmente com a contribuição no século XX da informática e telecomunicação, possibilita atualmente que muitas pessoas com deficiência encontrem as condições necessárias para que possam se dedicar às atividades de estudo, trabalho e lazer, cooperando, de tal modo, de forma ativa, para o desenvolvimento da sociedade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população mundial, quase 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência e em torno de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento (ONU, 2011).

No Censo 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil há 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma deficiência, o que representa cerca de 24% da população, sejam elas de visão, audição, locomoção, intelectual, entre outras. (IBGE, 2012).

Barreiras à pessoa com deficiência, não raro, requerem que estas recorram a seus direitos para que tenham solução. As políticas públicas de inclusão buscam garantir tais direitos, com base em leis, decretos e normas, nos âmbitos federal, estaduais e municipais. É o caso da Educação, que se deve primar pelo princípio constitucional da igualdade de direito à educação para todos.

Com isso, alguns aspectos do que é considerado acessível pode estar existindo por ter sido determinado por legislações de acessibilidade e ou por normas técnicas, mas podem não corresponder aos anseios de todos. Especialmente, considerando outro aspecto básico da acessibilidade, o de locomoção, para pessoas com deficiência e, mais especificamente, para aquelas que se locomovem em cadeiras de rodas.

Para cumprir a Lei, oferece-se a acessibilidade aos espaços, porém estes nem sempre são adequados. Rotas e caminhos muito longos e amplos tornam-se cansativos, mesmo possuindo rampas com inclinação adequada, pavimentação lisa e regular que facilite o

caminhar de pessoas que se locomovem com muletas ou por meio de cadeira de rodas. Muitas vezes, criam-se esses percursos exclusivos sem estudos do desgaste emocional, psicológico ou físico da pessoa com deficiência no seu uso, o que vai de encontro ao pensamento do planejamento urbano da atualidade, onde a acessibilidade nas cidades tem sido discutida e repensada. Pesquisadores têm buscado compreender o sentido de caminhar livremente pelas ruas, espaços e calçadas com facilidade, prazer e deleite, o que deveria incluir as pessoas com deficiência.

Vê-se assim que há intenções e normativas, porém elas não são suficientes para garantir os direitos e mesmo quando aplicadas, já que existem entraves quanto a atingir razoavelmente seus objetivos.

Diante dessa situação, a inclusão é um desafio a ser enfrentado. Considerando os dois pontos destacados, o da Educação e o do acesso físico, verifica-se que se entrelaçam no cotidiano e tomam uma dimensão preocupante quando se trata do ensino superior. São garantidos os recursos na educação infantil, ensino fundamental e médio e as pessoas com deficiência estão conseguindo chegar ao ensino superior, ao qual, até há pouco tempo, tinham acesso restrito. Porém, se nos segmentos anteriormente cursados a pessoa com deficiência encontrou os ambientes ao menos minimamente adequados quanto à acessibilidade, no ensino superior público ainda é um desafio a se superar em grande parte das universidades.

Cabe ressaltar que, dos 23.250 alunos com deficiências matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IES), aproximadamente 72% estão em rede particular de ensino e apenas 28% são de instituições públicas, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o que corresponde a 0,34% do total. A principal deficiência observada foi baixa visão (30%), seguido da deficiência auditiva (22%) e da deficiência física (21%). (INEP, 2010).

A chegada dos alunos com deficiência ao ensino superior convoca um debate urgente a respeito das condições desse segmento de ensino, não apenas no que se refere ao ingresso, mas principalmente à permanência e sucesso desses alunos.

A influência das bibliotecas universitárias é determinante em todo o processo educacional no ensino superior, ao permitir o acesso à informação indispensável ao desenvolvimento intelectual de todos os estudantes. Elas proporcionam um serviço imprescindível para as universidades nesse novo século.

A relação entre biblioteca e universidade é que uma produz e a outra armazena, organiza e dissemina a produção científica e acadêmica. É na esfera da biblioteca que o processo inicia e finaliza. A sociedade acadêmica consulta a biblioteca para produzir

conhecimento e, em seguida, transfere sua produção por meio de algum recurso informacional.

Cabe às bibliotecas universitárias o desafio de enfrentar a transição da organização, o armazenamento de documentos e o simples “informar” onde está localizada a informação para a acessibilidade e a disponibilidade da informação.

As bibliotecas universitárias devem amparar os estudantes na busca da informação, para que possam gozar desse direito de maneira ampla. Amparados no direito à informação, os estudantes não devem ser meros utilizadores de acervos e serviços idealizados por outros, mas consumidores de informação e conhecimento planejados a partir de suas necessidades. Políticas e diretrizes da biblioteca universitária situadas na prática da valorização do ser humano e no exercício dos direitos à informação são objetivos a serem alcançados nesse novo paradigma.

Garantir a acessibilidade é um desafio que se põe às bibliotecas universitárias, por meio da oferta de produtos e serviços compatíveis com as diferentes necessidades (PELA, 2006). Para tanto, a efetividade das legislações e políticas públicas direcionadas não somente ao ingresso, mas também à permanência e à conclusão do ensino superior destacam o papel da biblioteca universitária inserida nesse contexto.

Diante desse contexto, o papel da biblioteca universitária é a promoção da informação aos membros da comunidade acadêmica, inclusive aqueles com algum tipo de deficiência, sem discriminação, contribuindo para a formação intelectual e da cidadania.

Porém, apesar dos avanços nos últimos anos, as bibliotecas universitárias ainda são frágeis no que diz respeito à regulamentação e faltam políticas institucionais inclusivas efetivas.

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tantos aspectos urbanísticos (estacionamento e caminhos de acesso), como aspectos arquitetônicos (iluminação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc) e a acessibilidade caminha além da estrutura física da biblioteca. Para oferecer serviços iguais e espaços eficazes para os usuários com deficiência, a biblioteca deve conhecer os obstáculos que estão impostas às suas necessidades para que ofereça os seus serviços informacionais, sobretudo quanto às barreiras que se depara no *layout* da biblioteca e na prestação de serviços.

Uma vez adequada, a biblioteca universitária pode vir a ser um fator essencial no processo de contribuição da autonomia do usuário com deficiência.

Para tal, o objetivo central dessa dissertação de mestrado foi avaliar as condições de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade

reduzida, oferecidas pela Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU) da Universidade Federal Fluminense, para que sejam condizentes com a de um prédio modelar sugerindo melhorias na acessibilidade que visem à promoção da inclusão de usuários com deficiência física nas bibliotecas, com desenvolvimento de um instrumento para permitir a avaliação qualitativa por indicadores de acessibilidade física a partir das normas vigentes.

Considerou-se a situação em que a biblioteca se encontrava ao princípio do estudo e analisaram-se às questões que precisavam de melhorias para atingir o objetivo de ela vir a ser um prédio acessível.

A seção 2, que segue, trabalha a temática da condição da deficiência física, suas particularidades e tipologias. Analisa a questão da sociedade inclusiva.

Em seguida, na seção 3 discorre-se sobre a acessibilidade e suas legislações e normas, além de tratados, convenções e declarações internacionais que tratam à temática. Faz também um levantamento de como se encontra a atual conjuntura, principalmente no âmbito nacional.

Nas seções 4 e 5 se contextualiza a acessibilidade e inclusão no ensino superior e as políticas atuais que beneficiam a pessoa com deficiência. Ressalta também as bibliotecas universitárias, suas origens e atual conjuntura em relação à acessibilidade e inclusão.

Apresenta-se na seção 6 a metodologia, a qual se caracteriza como um estudo de caso exploratório, no qual foi utilizado um instrumento de coleta de dados no campo empírico, com finalidade explicativa da situação desta biblioteca quanto à acessibilidade. Esta pesquisa desenvolveu um instrumento para a avaliação qualitativa da acessibilidade arquitetônica por indicadores de acessibilidade física que consideram de um lado a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio de sua norma técnica NBR 9050 (ABNT, 2015) e de outro sua adequação ao caso do prédio de uma biblioteca. Os indicadores elaborados apontam dimensões da Acessibilidade e Inclusão nas bibliotecas, desde a de seu espaço físico à de seu entorno e de dependências que servem de extensão aos seus usuários.

A partir daí, tem-se a seção 7, 8 e 9 que tratam e abordam de maneira significativa o programa de inclusão da Universidade Federal Fluminense, o Sensibiliza UFF, apresentam-se seus projetos e ações desenvolvidas no âmbito da universidade. Além de entrar na temática principal da dissertação que se trata da apresentação e análise dos dados através de um Instrumento de Indicadores de Acessibilidade.

Finalmente, são apresentadas as seções referentes às conclusões e às recomendações da pesquisa, harmonizadas aos resultados oriundos da avaliação.

2 DA CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA AOS RECURSOS DA INCLUSÃO

A seção abordará os seguintes tópicos a seguir: a condição da deficiência física, a acessibilidade na sociedade inclusiva e as tecnologias assistivas como recursos de acessibilidade.

2.1 A CONDIÇÃO DA DEFICIÊNCIA FÍSICA

O estado de deficiência gera discriminação, preconceitos e exclui as pessoas na sociedade, sendo assim é importante conhecer cada tipo de deficiência e as limitações resultantes, para compreender as necessidades particulares de cada indivíduo para tratá-las de maneira correta e promover a importância e o respeito à diversidade.

Segundo a norma técnica NBR 9050 de 2015, a deficiência física que requer a Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos é aquela que: impõe “[...] redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.”

Segundo o Art. 5º do Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004a), que é conhecido como o “Decreto da Acessibilidade”, a deficiência física pode ser entendida como:

[...] uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Em 2010, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, revelou que 23,9% da população possui algum tipo de deficiência, o que significa, aproximadamente, 45,6 milhões de pessoas. (IBGE, 2010)

Existem diferentes tipos de deficiência entre as quais estão as deficiências física, auditiva, visual, mental ou intelectual, ou múltipla. Ainda de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), os brasileiros que possuem alguma deficiência podem ser distribuídos em seis tipos, que são apresentados no Quadro 1.

QUADRO 1 – DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL DO ANO DE 2010.

Tipo de Deficiência	Porcentagem da população com deficiência
Deficiência Visual	18,8% da população (35.791.488 milhões de pessoas)
Deficiência Física	7% da população (13.273.969 milhões de pessoas)
Deficiência Auditiva	5,1% da população (9.722.163 milhões de pessoas)
Deficiência Mental/Intelectual	1,4% da população (2.617.025 milhões de pessoas)
TOTAL	23,9% da população (45,6 milhões de pessoas)

Fonte: Censo do IBGE (2010).

No Quadro 1 verifica-se que as deficiências físicas são responsáveis pelo segundo maior grupo de pessoas com deficiências na população brasileira, apenas superado em número pelo daquelas que possuem deficiência visual.

Dentre as pessoas com deficiências físicas, mais de 4,4 milhões de pessoas possuem as classificadas como “severa” no citado Censo (IBGE, 2010). Destas pessoas, 734,4 mil não conseguem caminhar ou subir escadas de forma alguma e, mais de 3,6 milhões apresentam grande dificuldade de locomoção.

Destacando-se para estudo a deficiência física, tem-se que se entende esta como:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “a”, c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Entre as pessoas com deficiência física encontram-se as usuárias de cadeiras de rodas, que possuem alguma dificuldade de locomoção, necessitando do auxílio de cadeiras de rodas para seu deslocamento. Também podem enfrentar problemas com o ambiente, pessoas que não possuem deficiência, por exemplo, pessoas com mobilidade reduzida que enfrentam problemas no acesso e na utilização de ambientes construídos. Dessa forma, Cambiagli (2007,

p.22) ressalta que “essa expressão inclui tanto pessoas com deficiência como também idosos, obesos, gestantes, pessoas carregando pacotes, empurrando carrinhos de bebê, carrinhos de compras, bem como pessoas que estão com alguma lesão temporária”.

Segundo a NBR 9050, de 2015, emitida pela ABNT, a pessoa com mobilidade reduzida é definida como sendo:

[...] aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros. (NBR 9050/2015)

Deficiência física pode ser entendida como qualquer déficit ou anomalia que tenha como consequência a dificuldade ou a impossibilidade de mexer, controlar ou coordenar algum tipo de movimento motor. A incapacitante pode ser transitória ou permanente, congênita ou adquirida em virtude de acidente ou doença. (NBR 9050/2015)

Para maior compreensão, extraído-se das normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE-SIT, 2007) sobre definições de deficiências físicas aquelas que implicam em deficiência física, obtém-se um elenco que se apresenta a seguir:

- a) Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro;
- b) Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- c) Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- d) Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- e) Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- f) Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- g) Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- h) Triplegia – perda total das funções motoras em três membros;
- i) Triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros;
- j) Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- k) Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- l) Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- m) Nanismo – deficiência acentuada no crescimento;
- n) Ostomizados – pacientes que possuem uma bolsa de colostomia para o recolhimento de fezes.

O documento do MTE-SIT (2007) alerta que é importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarece-se também que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condições e apoios adequados às suas características.

Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida encontram diversos obstáculos que dificultam ou mesmo impedem sua locomoção e seu acesso a espaços urbanos. Esses entraves ao deslocamento constituem-se em barreiras físicas (arquitetônicas), que são as mais comuns encontradas nas edificações.

Alguns exemplos de barreiras físicas (arquitetônicas) encontradas nas edificações são: escadas como único acesso a locais com grandes desníveis ou com dois ou mais pavimentos, inexistência de rampas de acesso, rampas com inclinação muito acima das recomendadas, portas e circulações estreitas que não permitem passagens e manobras; inexistência de banheiros acessíveis; balcões de atendimento com altura inadequados, muito altos para o acesso de pessoas com baixa estatura ou utilizando cadeira de rodas; e pavimentação inadequada (deslizante, irregular ou danificada) que causam trepidação e perigo para usuário de cadeira de rodas.

Essas barreiras implicam na impossibilidade de inclusão de pessoas com deficiência física. Tal questão passa a exigir legislações e normas que permitam uma maior inclusão.

2.2 A ACESSIBILIDADE NA SOCIEDADE INCLUSIVA

No Brasil, na década de 1980, substituiu-se a concepção de integração das pessoas com deficiência à sociedade pela sua inclusão, isto é, mudando o foco da pessoa adaptar-se à sociedade para o de a sociedade adaptar-se para atender às necessidades de todas as pessoas.

O movimento de inclusão iniciou-se em busca da educação de qualidade para todos, surgiu como oposição ao movimento de integração. Para o movimento de integração, a educação para os estudantes com deficiência deveria ser segregada, enquanto no movimento de inclusão deveria ser realizada sem segregações, nas escolas regulares. A educação inclusiva tem por objetivo não deixar ninguém fora da escola, considerando todos os alunos em função de suas necessidades.

Dentro dessa perspectiva, o documento da UNESCO (2007, p.20) discorre que:

Enquanto a integração é apenas a pessoa com deficiência quem deve se adaptar para integrar a sociedade, a inclusão visa qualidade à sociedade para que possa incluir a todos. [...] uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso a ela, preparar-se para assumir papéis e contribuir para o bem comum.

Cury (2005, p. 14) explica que *incluir* vem do latim *includere* e significa:

[...] colocar algo ou alguém dentro de outro espaço/lugar. Esse verbo latino, por sua vez, é a síntese do prefixo *in* com verbo *cludo, cludere*, que significa “fechar, encerrar”. [...] a expressão popular brasileira não hesitaria em aproximar tais termos do “entrar no baile”. [...] os excluídos são os barrados no baile.

Ainda dentro desse contexto, na visão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão é:

Uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5)

A preocupação com as políticas para o atendimento das pessoas com deficiência tem motivado debates por profissionais de diferentes áreas e trazido desafios e avanços.

Discorrer sobre sociedade inclusiva envolve questões como igualdade de direitos, democracia e responsabilidade do Estado. A partir da década de 1990, a inclusão foi trazida para o contexto da educação, tornando-se assunto obrigatório de discussões. Com o aumento do uso da Internet, as pessoas com deficiências começaram a ter novas possibilidades e avanços em relação a trabalho, educação e lazer, bem como, uma melhoria considerável na oferta de tecnologias assistivas, estas sendo definidas por Melo e Costa (2006, p.62) como sendo, “[...] recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência.”

O termo *acessibilidade* pode ser usado de maneira equivocada como sinônimo de inclusão, conclui-se de um alerta de Manzini (2003, p.xxiii) que se destaca a seguir:

Apesar de a associação do termo acessibilidade ao termo inclusão ser coerente e lógica, é hipoteticamente possível que um ambiente arquitetônico esteja totalmente adaptado, mas a inclusão social não ocorra, ou seja, podemos dizer que a acessibilidade pode auxiliar na inclusão, mas a inclusão não ocorre somente por meio da acessibilidade.

Ainda nesse tópico, Mazzoni (2001, p.31) afirma que “a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.”.

Sasaki (2005, p. 23) estrutura a acessibilidade em seis dimensões:

- . Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos;
- . Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);
- . Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.);
- . Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.);
- . Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral;
- . Acessibilidade atitudinal: através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A acessibilidade é um direito garantido por lei, para que todos possam ter acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Sendo assim, a sociedade deve ser atendida de acordo com suas necessidades específicas, para não ficarem à parte da vida social. Para que ocorra a inclusão, a sociedade deve ser inclusiva, o que implica, segundo Werneck (2003, p.33) de ser ela “[...] capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum”. Segundo essa autora (2003, p.33), o conceito de sociedade inclusiva foi mencionado pela primeira vez em 1990, pela Resolução 45/91, assinada pela Assembleia Geral da ONU, o qual se destaca o termo “uma sociedade para todos”.

Partindo-se, assim, do movimento de *projetos livres de barreiras*, no espaço físico, chegou-se ao que é hoje conhecido como *desenho para todos*, movimento que junta aspectos físicos aos do mundo digital.

Conectado ao conceito de acessibilidade e inclusão, o desenho para todos é definido por Cambiagli (2007, p.23), como:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características, antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõe a acessibilidade.

Um produto sob o conceito *desenho para todos* incorpora características que, além de permitir a sua utilização por pessoas com deficiências, é também mais fácil de ser utilizado – amigável - e de uso intuitivo para todos os usuários. E é dentro desse contexto de desenho universal que se define *acessibilidade*, sem a criação de espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas com deficiências, pois acarretaria uma nova maneira de discriminação e diferenciação. E sim, desde o projeto, ambientes que possam ser aproveitados por todos.

Desta forma, destaca-se a ideia de Ferrez (2006, p.22): “Um ambiente preparado para as diferenças não exclui e permite o acesso e a integração plena, desde o ponto de vista funcional e psicológico, naquelas atividades diárias realizadas por todos, redefinindo assim o próprio conceito de deficiência”.

Assim, tem-se que o entendimento atual para tornar um espaço acessível é necessário romper as barreiras existentes a fim de permitir a utilização autônoma e com segurança de espaços, mobiliários e equipamentos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicações por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

3 ACESSIBILIDADE: LEGISLAÇÕES E NORMAS

Essa seção abordará as questões relacionadas aos principais marcos legais das quatro últimas décadas e seu processo evolutivo.

3.1 A EVOLUÇÃO LEGAL DO CONCEITO

Um passo muito importante dado pela humanidade na área da luta pela inclusão social foi a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) em declarar o ano de 1981 como o *Ano Internacional das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência*. Com esta iniciativa, os países membros começam a discutir ações governamentais e não governamentais voltadas às pessoas com deficiência, buscando trazer a este grupo de indivíduos um pouco mais de dignidade às suas vidas.

O sucesso desse trabalho fez com que a ONU decretasse no ano seguinte que a década de 1982 a 1992 seria a “Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência”. Diversos países começaram a trabalhar, inclusive o Brasil, em ações concretas que pudessem melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Neste mesmo ano a ONU apresenta aos seus países membros o “Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (sic)” que tinha como objetivo atingir três princípios fundamentais para o tratamento mundial sobre as questões ligadas às deficiências.

Observa-se que, nessa época, ainda se usava o termo “deficiente”, porém se adotará nesta dissertação a expressão atual recomendada, de pessoa com deficiência. No entanto, o termo “deficiente” vai ser apresentado nos casos de citação direta de autores anteriores a atual grafia.

O primeiro deles é a Prevenção, onde se pretende criar mecanismos para evitar o aparecimento de novas pessoas com deficiências.

O segundo princípio é a Reabilitação, considerando que a identificação precoce do diagnóstico e outras ações, como o fornecimento de suporte técnico para a mobilidade física ou o tratamento adequado de imediato nos casos onde a situação não pode ser evitada, poderá gerar uma melhora na condição do indivíduo, reduzindo-lhe o mínimo de sequelas e limitações.

Por fim, o terceiro é a Equiparação de Oportunidades, cuja preocupação é fazer com que todas as pessoas alcancem seus objetivos com igualdade nas oportunidades e com a “participação plena” das ofertas da cidade.

Em 1985, a ABNT lançou a primeira versão de sua norma técnica NR9050, elaborada pelo seu Comitê de Engenharia Civil, com o objetivo de “fixar condições exigíveis, bem como os padrões e as medidas que visam propiciar às pessoas com deficiências melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas” (INSTITUTO MUITO ESPECIAL, 2011). Essa Norma passou por uma revisão na década de 90, sendo aprovada uma versão em 1994 e, em 2004, teve aprovada uma revisão. Sua terceira revisão terminou em 2010 e foi implantada em 2015 após processo de consulta pública e aprovação.

3.2 AS PRIMEIRAS LEIS E NORMAS

A virada do século XX para o XXI trouxe um grande avanço na questão da Acessibilidade, com a promulgação de leis federais na esteira de políticas públicas de inclusão. Estas objetivam garantir, com base em leis e decretos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, a igualdade de direito à educação para todos.

No Brasil, a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988, originando a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (BRASIL, 1989).

Essa Lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreendendo um conjunto de orientações normativas para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. O Art. 27 desse último decreto citado prescreve para as instituições de educação superior, tanto as públicas quanto às privadas, adaptações e apoios necessários, que deverão oferecer quando solicitadas, inclusive tempo adicionais para a realização das provas em atenção à deficiência, seja no processo seletivo de ingresso como também durante o curso. (BRASIL, 1999).

Esses documentos, segundo Maior (2008, p.55), quando somados ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que é conhecido como o Decreto da Acessibilidade e que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), Lei esta que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, colocam o Brasil em posição de igualdade com o ideário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas

com Deficiência, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, do dia 6 de dezembro de 2006 (Organização das Nações Unidas, 2011).

Essa convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) é um instrumento de direitos humanos, com dimensão de direitos sociais, que reafirma que todas as pessoas com todos os tipos de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Em relação à citada Lei Federal nº 10.048/00 (BRASIL, 2000a), a mesma traz consigo um ponto importantíssimo na questão das infrações. Avaliando-se pelo lado da infração e a punição, tem-se uma combinação dos artigos 4º e 6º que vale a pena ser comentada. O artigo 4º menciona a determinação de criação de normas de construção para efeito de licenciamento de edificações, normas essas destinadas a facilitar o acesso a todos os locais de uso público para pessoas com deficiência. E no artigo 6º, sobre as penalidades, no item “I”, há a responsabilização do servidor público pelo não cumprimento dessa Lei, sob as penalidades previstas em legislação específica. Sendo assim, por serem os servidores regidos por normativos específicos de cada jurisdição, pode ocorrer que, em alguns municípios, a legislação local do funcionalismo venha a conduzir a abertura de processo administrativo contra o funcionário, sua chefia e toda a hierarquia responsável pelo não cumprimento de Lei Federal que trata a Acessibilidade.

Dentre as garantias que essa Lei criou, merecem destaques as citadas no seu Artigo 4º:

Art.4º. Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito e licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelo deficiente. (BRASIL, 2000a)

Esse artigo determina aos municípios estabelecerem normas legais para construção e para o licenciamento de uso, de forma a garantir o acesso das pessoas com deficiência. Mas algumas das garantias mencionadas no dispositivo legal encontravam dificuldades de serem colocadas em prática, pois somente visam garantir o atendimento prioritário, pressionando por outra normativa que determinasse os parâmetros técnicos para a promoção da acessibilidade.

Desta maneira, complementando-a, foi promulgada, no mesmo ano, a Lei Federal nº 10.098/00 (BRASIL, 2000b). Esta Lei foi criada na tentativa de se determinar parâmetros de produção do ambiente físico de forma acessível, como se percebe na ementa: “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Vale o destaque da ampliação do público que

passou a ter seus direitos defendidos por força de lei: as pessoas com mobilidade reduzida (idosos, gestantes, pessoas com deficiência temporária etc.).

Mesmo com a argumentação de ausência de normativa mais técnica, que realmente dimensionasse e que apresentasse parâmetros antropométricos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, essa Lei traz alguns pontos que merecem destaque, como o Art. 11:

Art.11º. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000b.)

Nesse artigo a garantia está sendo dada nas condições mínimas: pelo menos um acesso; pelo menos um itinerário; pelo menos um banheiro.

Como alguns artigos dessas duas leis acima citadas estavam com problemas legais para serem aplicados, por ausência de uma regulamentação, no ano de 2004 a ABNT aprovou e promulgou a revisão da NBR9050, versão essa que foi atualizada e revisada em 2015. A partir daí, evidencia-se a necessidade de se aprovar uma regulamentação que abrangesse as duas leis pela importância que ambas tinham sobre o tema da Acessibilidade.

Nesse sentido, regulamentando as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, em dezembro de 2004, o Governo Federal assinou e promulgou o Decreto Federal nº 5296/04, que define acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004b). Tal Decreto vem sinalizar aos profissionais envolvidos com a produção do espaço democrático que ele deverá ser acessível a todas as pessoas, inclusive as pessoas com alguma deficiência, temporária ou permanente, assim como outras pessoas com mobilidade reduzida.

O Decreto supracitado (BRASIL, 2004b) traz alguns pontos que merecem ênfase, tal como:

Art.2º. Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste Decreto, sempre que houver interação com a matéria nele regulamentada:

I – a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva.

No segundo artigo desse Decreto (BRASIL, 2004b), encontra-se uma carga muito importante de procedimentos a serem seguidos nos trabalhos para se erguer uma edificação. No seu Inciso I, nota-se que a questão da acessibilidade deverá ser contemplada à aprovação do seu projeto.

O Decreto em tela (BRASIL, 2004b), em uma de suas versões, trabalha com dimensionamentos, parametrização e outros instrumentos legais para definir e estabelecer um normativo para a acessibilidade, de forma a regulamentar as leis citadas. Porém, meses antes de sua promulgação, a ABNT aprovou a revisão da NBR9050/04, conforme já destacado anteriormente. Desta forma, o Decreto citado acabou por considerar essas e outras normas do mesmo tema, as então existentes e que estariam por vir, como parâmetros para as edificações, conforme o seu artigo que se destaca a seguir:

Art.10º. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto. (BRASIL, 2004b)

O princípio do Desenho Universal acabou sendo adotado, ou seja, garantiu-se uma igualdade de oportunidades ao se estabelecer que todos os espaços devessem atender a todas as pessoas, sem ser necessária a criação de adaptações ou os projetos especiais.

Na sequência, se verifica ainda no mesmo Decreto (BRASIL, 2004b) a adoção das normas da ABNT como referências básicas para a concepção e implantação dos projetos:

Art.11º. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§1º As entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica dos projetos, exigirão a responsabilidade profissional declarada do atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e neste Decreto.

§2º Para a aprovação ou licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser atestado o entendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e neste Decreto. (BRASIL, 2004b)

Um destaque importante nesse artigo está na invocação do órgão fiscalizador do profissional responsável pela construção civil em atender a questão da responsabilidade sob pena dele ser responsabilizado por este não atendimento. Também fica claro que a questão da acessibilidade não diz respeito apenas às edificações novas. As reformas e ampliações também deverão garanti-la, assim como uma eventual mudança de uso da edificação.

Nas edificações de uso público, ou seja, segundo o Inciso VI no Art. 8º do Decreto nº 5296/04 (BRASIL, 2004b), naquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinados ao público em geral, há regras para o atendimento da acessibilidade, estabelecendo-se um prazo para a adequação das edificações existentes, que venceu em junho de 2007, sem seu cumprimento. Sobre isso, também trata o Art. 19º do mesmo decreto:

Art.19º. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.

§1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O não cumprimento dessa determinação possibilita que seja invocado o Artigo 6º da Lei nº 10.048/00 (BRASIL, 2000a) para responsabilização do responsável, porque as edificações de uso público, de forma direta ou de forma indireta, são administradas por um gestor público, seja ele eleito ou indicado, cabendo-lhe o bônus e o ônus do cargo.

Pode-se dizer que os três normativos legais seguintes – as Leis Federais nº 10.048/00 e 10098/00, assim como o Decreto nº 5296/04 –, juntamente com as normas da ABNT mudaram a concepção de atendimento e dos direitos das pessoas com deficiência. A partir destes marcos, muitos avanços foram possíveis.

3.3 A CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Outro normativo que se deve ter atenção quanto à avaliação legal do tema “acessibilidade” é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, da ONU, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, que foram adotados como Emenda Constitucional no Brasil a partir do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, promulgado pelo Presidente do Senado Federal e publicado no Diário do Senado Nacional em 10 de julho do mesmo ano, sendo republicado no Diário Oficial do

Senado Federal em 20 de agosto do mesmo ano, após a validação da ONU (BRASIL, 2008). Com o depósito deste documento na ONU em 01 de agosto de 2008, o Brasil passou a ser o seu 34º país membro a ratificar a Convenção de 2007 e comprovar seu respeito pelos direitos humanos das pessoas com deficiência, segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Em 2009, o então Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva promulgou o Decreto Federal nº 6949/09 (BRASIL, 2009), que determina o cumprimento do estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta Convenção pode ser considerada uma reafirmação dos direitos assumidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos criada pelos países membros da ONU em 1948.

O termo “acessibilidade”, na convenção referida, é acionado como um princípio básico para que as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os locais de uso público. Ele é invocado como uma ferramenta para a não discriminação no uso dos espaços públicos e coletivos por toda a sociedade, respeitando-se, assim, a diversidade, com equiparação de oportunidades.

Dessa convenção da ONU ainda ressalta-se o artigo que trata da discriminação:

Art.2º. Discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, como propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. (BRASIL, 2008)

Nesses termos, a construção de ambiente não acessível pode ser considerado um desrespeito à essa convenção, por não garantir os princípios básicos da acessibilidade e da equiparação de oportunidades.

3.4 AS NORMAS TÉCNICAS

Outro normativo, além das Leis, dos Decretos, das Portarias e das Resoluções, contribui para a conquista da Acessibilidade: as Normas Técnicas. Ao se falar de procedimentos técnicos a ser seguido, o atendimento às Normas Técnicas, em especial as estabelecidas pela ABNT, é um procedimento a ser seguido pelos profissionais responsáveis pela produção de espaços físicos.

A ABNT é uma entidade privada e mantém, com a ajuda de técnicos especialistas em diversos assuntos e com seus trabalhos voluntários, diversos parâmetros de ordem técnica sobre uma variedade grande de assuntos e temas. Estes normativos estabelecidos sob a forma de Normas Técnicas não passam de padrões estabelecidos pela boa prática que garantirão a

qualidade e eficiência no assunto em questão. Estes documentos normativos são comercializados e muitas vezes servem como referência única para uma tomada de decisão ou imposição à qualidade de alguma coisa.

Para o tema Acessibilidade, as Normas Técnicas passaram a ser exigidas por força legal, ou seja, por força de Lei, ou melhor, pelo já citado Decreto Federal nº 5296//04.

A norma técnica NBR9050/15 possui uma função estratégica nessa conquista, pois é específica sobre os parâmetros técnicos de acessibilidade para edificações, espaços urbanos e objetos de uso das pessoas. Esta Norma foi editada pela primeira vez em 1985, com sua última revisão finalizada agora em 2015. Esta última revisão tem como principal avanço a compreensão de que ela não tem mais um público específico como suas versões anteriores que reportavam as definições e determinações voltadas às pessoas com deficiência. Esta versão de 2015 contempla o conceito do Desenho Universal, definindo a acessibilidade a todos e não mais a um grupo da sociedade.

A NBR 9050/15 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, visando proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente da idade, limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

Todos os espaços que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender a Norma de Acessibilidade para serem considerados acessíveis.

Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível.

3.5 A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Em junho de 1994, reuniram-se em Salamanca mais de 300 participantes, representando 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para Todos, avaliando as mudanças essenciais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, especialmente as que têm necessidades educativas especiais.

A Conferência, organizada pelo governo espanhol em cooperação com a UNESCO, congregou altos funcionários da educação, responsáveis pela política e especialistas, assim

como representantes das Nações Unidas e das Organizações Especializadas (governamentais internacionais, não governamentais e organismos financiadores).

A reunião adotou a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais e um Enquadramento da Ação. Estes documentos estão inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como tal, constituem uma importante contribuição ao programa que visa a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa.

A educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais não pode avançar de maneira independente e deve antes fazer parte de uma tática mundial de educação e, sem dúvida, de uma nova política social e econômica, o que implica uma intensa reforma da escola regular. Estes documentos representam um consenso global sobre as futuras orientações da educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A Declaração de Salamanca reafirma o direito à educação de todas as pessoas, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renova a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de garantir esse direito, independentemente das diferenças individuais.

Além disso, a Declaração relembra as diferentes declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais obrigam os Estados a garantir que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo do país.

Ainda em sua parte introdutória, quanto à questão da inclusão, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.viii) ressalta que “os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades”. Além disso, de acordo com a Declaração, cabe aos governos:

[...] conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais. (UNESCO, 1994, p.ix)

De acordo com a mesma Declaração (UNESCO, 1994, p.15), ao referir-se à inclusão, destaca-se a mesma como sendo uma escola integradora. Neste sentido, afirma sobre a escola integradora que ela:

[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990, [...] ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

No que tange às necessidades educacionais especiais, ainda essa Declaração (UNESCO, 1994, p.15) afirma que: “durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for.”

Dando continuidade, segundo a Declaração em tela (UNESCO, 1994, p.18) as políticas educativas:

[...] deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações, as quais são desafiadas, como por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todo o surdo acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos/cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns.

Do mesmo modo, cabe às Universidades conforme nesse documento:

[...] desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de formadores de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre Universidades e centros de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância. É também muito importante a ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e formação, para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração. (UNESCO, 1994, p.28)

Dando continuidade a temática de ações voltadas à inclusão e acessibilidade, apresentar-se-á a seguir brevemente as legislações relacionadas à acessibilidade e o ensino superior.

3.6 AS LEGISLAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E O ENSINO SUPERIOR

A Lei nº 10.861/04 (BRASIL, 2004a) institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Já em seu Art.1º, cita a questão do respeito às diferenças, sendo:

Art.1º. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004a)

Iniciando o processo comparativo entre a Declaração de Salamanca e o SINAES destaca-se a questão da avaliação dos alunos do ensino superior ao longo de sua formação acadêmica, como o mesmo será avaliado diante as deficiências apresentadas, qual a relevância e importância disto, no processo de ensino-aprendizagem. Mergulhado neste pleito, em que as Instituições de ensino superior se deparam, enquadrando-se acessivelmente em uma série de aspectos que envolvem a mesma, para então ir em busca de uma “educação para todos”. Com relação aos aspectos estruturais, Sasaki (2005, p.21) ressalta que:

[...] o Referencial de acessibilidade obteve uma reorganização bastante criteriosa e cuidadosa, contemplando em todos os aspectos este público alvo. Já Salamanca, em seu Documento cita que a avaliação integrar-se-á ao processo educativo, mantendo o aluno e o professor informados do grau de aprendizagem obtido, ajudando assim os mesmos a superá-las.

A Universidade é essencial para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todos os seus formatos. Diante disso, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais requer uma reelaboração de muitas ações com base no sujeito e não somente no grupo. O Referencial de acessibilidade na educação superior ficou na pendência quando se refere à avaliação e o retorno deste processo ao aluno.

Outra questão que o Referencial de acessibilidade na educação superior não considera é a questão da inserção/contratação de profissionais da educação no ensino superior. Já a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.33) menciona que, “[...] os alunos com necessidades especiais precisam de oportunidades de interagir com adultos com deficiência que obtiveram sucesso, de modo a que possam modelar o seu próprio estilo de vida e as suas aspirações por expectativas realistas”.

A ação pedagógica transcorre pela oferta de oportunidades de aprendizagem diversificada para os alunos. Desta forma, Rodrigues (2006, p.11) discorre que:

[...] se a diferença é comum a todos e assumirmos a classe como heterogênea é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem. [...] que o processo de aprendizagem não é uma simples transmissão de informações, mas antes de tudo, uma transição entre diferentes paradigmas de conhecimentos. As universidades neste âmbito precisam diferenciar seu currículo, usando modelos inclusivos e forçosamente promovendo a igualdade de oportunidades entre os seus educandos, numa perspectiva histórica de inclusão.

O acesso de pessoas com Necessidades Educativas Especiais nas Instituições de Ensino Superior demanda uma série de mudanças na instituição.

Neste sentido, Moreira (2004, p.56) reforça que:

Uma boa organização administrativa e didática que busque contemplar a diversidade possível é um fator que deve e pode ser buscado por toda e qualquer instituição de ensino superior. Contudo, o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades para todos os alunos requer investimentos e ações governamentais nas próprias universidades.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala) afirma a necessidade de eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. Define a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, ou em seus antecedentes, consequências ou percepções, que impeçam ou anulem o reconhecimento ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Esse Decreto ressalta que:

Art.1º. A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art.2º. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (BRASIL, 2001)

Esse decreto tem bastante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da Educação Especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Em seu Art. 7º, inciso II, a Lei trata a questão de políticas afirmativas de inclusão, conforme:

Art.7º. As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

Essa Lei favorece a inserção das pessoas com deficiências no Ensino Superior no Brasil, representando um avanço significativo das políticas educacionais inclusivas no Brasil.

Além do PROUNI, existe também o Decreto nº. 5773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Em seu Art. 16º, inciso VII, alínea c, o Decreto trata a questão do desenvolvimento institucional conforme:

Art.16º. O plano deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:
VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:
c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Percebe que se trata de outro Decreto de suma importância para o avanço da questão da acessibilidade e posterior inclusão do estudante universitário no país.

No entanto, mesmo com o amparo das leis, no Brasil, pouco é criado para atender pessoas com deficiências, visto que praticamente tudo é adaptado. Adaptam-se rampas em prédios já existentes, banheiros, escolas, universidades e bibliotecas adaptadas com andares e salas especiais.

4 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Discorrer em sociedade e educação inclusiva abrange questões como igualdade de direitos, democracia e responsabilidade estatal.

Na subseção a seguir, será abordada a temática relacionada ao direito à informação e sua contextualização perante as bibliotecas universitárias.

4.1 O DIREITO À INFORMAÇÃO

O direito à informação, igualmente como o direito à educação e os direitos civis, políticos e sociais, são garantidos pela Constituição Federal (CF/1988), que, no seu art. 5.º, inciso 14, declara: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional”. O direito de poder desfrutar livremente da informação é a base para o desenvolvimento de toda sociedade.

Como ponto básico nas universidades encontra-se a informação e é com base nela que novos conhecimentos e produtos são gerados. A biblioteca universitária, além de possibilitar acesso à informação, tem papel proeminente no processo ensino-aprendizagem na medida em que estimula o desenvolvimento e a qualificação de pessoas, para formarem suas próprias ideias e tomarem decisões próprias. Portanto, “a efetivação da informação como direito de todos se converte em instrumento de redução de desigualdades e discriminações.” (PELA, 2006, p.33).

A informação é vista como uma necessidade fundamental da sociedade e para supri-la deve-se atender às necessidades de todos os estudantes, inclusive os com deficiência. Essa preocupação é ressaltada no manifesto sobre o Livre Acesso à Informação, organizado pela International Federation of Library Associations (2002), resumida por Paula (2009, p. 44):

- . o livre acesso à informação é essencial para a liberdade, a igualdade, o entendimento mundial e a paz;
- . a liberdade intelectual é um direito de cada indivíduo, tanto no sentido de ter e manifestar suas opiniões como de procurar e receber informação;
- . a liberdade de acesso à informação, independente de suporte e fronteiras, é uma responsabilidade primordial da biblioteca e dos profissionais da informação;
- . as barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero;
- . as bibliotecas e os serviços de informação atuam fazendo a ligação entre as pessoas e os recursos globais de informação e as ideias e obras de criação intelectual que elas procuram;
- . as bibliotecas e os serviços de informação tornam disponíveis a riqueza de expressão humana e a diversidade cultural em todos os meios de comunicação;
- . as bibliotecas e os serviços de informação também têm a responsabilidade de atender a todos os membros de suas comunidades, independentemente de idade, raça, nacionalidade, religião, cultura, afiliação política, incapacidade física ou de outra natureza, gênero ou orientação sexual ou qualquer outra condição;
- . as bibliotecas e os serviços de informação devem apoiar o direito dos usuários na busca da informação que desejam;
- . as bibliotecas e os serviços de informação têm a responsabilidade de facilitar e promover o acesso público à informação de qualidade e à sua comunicação. Aos usuários devem ser oferecidos a orientação necessária e o ambiente adequado para que possam usar com liberdade e confiança as fontes e os serviços de informação de sua escolha.

Nesse sentido, as bibliotecas universitárias são espaços que devem atender a essa determinação, tomando providências para a remoção de barreiras físicas, atitudinais, de comunicação e informação, permitindo aos alunos com deficiência usufruir do conhecimento.

Para Malheiros (2013, p.107), “as bibliotecas desempenham um papel importante na permanência desses alunos, fornecendo a informação necessária e adaptada ao seu desenvolvimento, o que contribui com a qualidade de sua formação.”

Deve-se salientar que uma parcela de pessoas se tornam com deficiência com o envelhecimento. Os idosos com baixa visão formam um grupo de usuários dentre as pessoas com deficiências visuais, conforme Medeiros e Diniz (2004 p. 8): “[...] a experiência de deficiência não pertence apenas ao universo do inesperado e, sim, faz parte da vida de grande número de pessoas”.

Dessa forma, as bibliotecas universitárias precisam também satisfazer as necessidades das pessoas incapazes de utilizar material impresso e oferecer serviços em diferentes formatos, como o braile, a impressão com fonte ampliada, materiais perceptíveis ao tato, audiolivros, livros eletrônicos, sempre refletindo as necessidades e demandas da comunidade.

Marengo e Dutra, (2008, p. 2), destacam que “a preocupação com os serviços da biblioteca para as pessoas com deficiência se manifesta no estabelecimento de metas, padronização e distribuição de materiais, direitos autorais, controle bibliográfico, identificação de locais de acesso a coleções especiais.”

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da década de 1990, a inclusão foi trazida para o contexto da educação, tornando-se tema obrigatório de discussões que vieram a acontecer a partir de então, e a diferença passa a ser incorporada nos discursos e documentos legais, incidindo na qualificação, como pode se aprender da seguinte observação:

Uma movimentação de educadores em busca de qualificação para as novas demandas, igualmente um número crescente de pais de alunos busca assegurar o direito de seu filho independentemente da natureza das necessidades especiais, matricular-se na escola de sua comunidade e frequentar as atividades de classe comum juntamente com seus pares não deficientes. (OMOTE, 2004, p. 2).

Portanto, a evidência à diversidade como condição a ser valorizada na educação inclusiva é apresentada de forma favorável para a escolarização de todas as pessoas, favorecendo a aprendizagem e as práticas pedagógicas. A educação inclusiva está colocada neste estudo como compromisso ético e político, implicando na educação como direito de todos e na igualdade como critério nas políticas educacionais, a fim de garantir esse direito e defendendo o respeito às características de cada indivíduo no processo pedagógico.

Segundo Cury (2002, p.247), o “acesso à educação é um direito garantido por lei em praticamente todos os países: a inscrição na legislação age como instrumento de luta para a criação de condições de democratização da educação e também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas.”

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que está baseada nos princípios fundamentais da democracia, no seu Art. 1.º, Inciso 2.º, assegura a cidadania a todos, e no Inciso 3.º, a dignidade da pessoa humana. No Art. 5.º, a igualdade de todos, sem qualquer discriminação. No Art. 205, a educação como direito de todos é dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a participação da sociedade.

Oliveira e Adrião (2001, p. 42) discorre sobre o fato de que “as modernas sociedades democráticas encerram uma contradição entre ter que declarar direito a todos e a resistência social a sua efetivação” e que “a exclusão social e, particularmente, a educacional, requerem remédios mais amplos e articulados, pois o Estado mostrou-se refratário em diversas esferas a efetivar tais direitos”.

É a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo 4.º, que a educação de pessoas com deficiências entra na pauta de discussões das políticas educacionais no Brasil, prescrevendo que a educação desses alunos deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

No seu Art. 14 °, essa Lei regulamenta a gestão democrática no ensino público, sendo que à União, aos Estados e aos Municípios caberia definir o que seria gestão democrática. É a partir de seu capítulo 4.º, que a educação de pessoas com deficiências entra na pauta de discussões das políticas educacionais no Brasil, prescrevendo que a educação desses alunos deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

Essa questão apresenta, de um lado, que a busca por uma educação de qualidade para todos é uma luta autêntica, e, por outro lado, há dúvida se o estado irá cumprir o seu papel oferecendo condições básicas como a quebra de barreiras, a formação de professores e o apoio necessário a esses alunos no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Bobbio (1997, p. 51), “sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contínuos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e sua articulação interna”. Sendo assim, as políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência são uma reivindicação dos cidadãos que exercem poder sobre o Estado e dele exigem maior proteção.

Arelaro (2012, p.21) avalia que a participação social nos processos educacionais é o maior dos desafios para o país. Comenta esse autor sobre isso que:

O princípio da gestão democrática é condição para ser gestada a qualidade de ensino. Afinal, a questão da pergunta, do diálogo, não é simplesmente uma técnica de aula, é na verdade uma questão epistemológica. É assim que as pessoas aprendem.

Concluiu o raciocínio ressaltando que “política pública e educacional para ser competente tem que ter obrigatoriamente participação popular”. (ARELARO, 2012, p.22).

A participação dos cidadãos na elaboração de políticas públicas remete a debates públicos necessários às mudanças, beneficiando respostas às necessidades da sociedade e estimulando a implementação dessas políticas.

Gohn (2000. p.25) adverte que a participação da sociedade na elaboração fiscal e controle de políticas públicas

[...] se dá por meio de conselhos de diferentes composições e funcionamento, pois o importante é garantir a participação da sociedade nas decisões políticas. O que se destaca são estratégias para aumentar a participação das pessoas na formulação e na implementação das políticas públicas.

Também Prieto (2000. p.17) ressalta “o importante papel que os pais e profissionais de educação têm desempenhado para garantir que seus filhos ou alunos recebam o atendimento educacional a que tem direito”. A participação no debate das políticas públicas para o ensino é fundamental para a construção de um projeto que possa dar respostas às solicitações da sociedade.

As políticas públicas de inclusão pretendem garantir, com base em leis, decretos e normas, nos âmbitos federais, estaduais e municipais, a igualdade de direito à educação para todos. É fato que a questão dos direitos da pessoa com deficiência existe na legislação brasileira, o que se avalia é a sua aplicação. Pois as normativas não são suficientes para determinar os direitos e, por outro lado, existem seus entraves.

Diante dessa situação, a inclusão é um desafio a ser enfrentado para buscar a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, inclusive no ensino superior, garantindo assim aos alunos com deficiência o direito à educação. Sendo assim, garantidos os recursos na educação infantil, ensino fundamental e médio, as pessoas com deficiência estão conseguindo chegar ao ensino superior, ao qual, até há pouco tempo, tinham acesso restrito.

Quanto à questão da implementação de políticas públicas, Arelaro (2003, p. 13) destaca três pontos a serem considerados, sendo eles:

A chegada de alunos com necessidade especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

Esse processo de chegada dos alunos com deficiência ao ensino superior convoca um debate urgente a respeito das condições desse segmento de ensino, não apenas no que se refere ao ingresso, mas principalmente à permanência desses alunos. Nessa linha destacam-se ações e mudanças em algumas universidades: acolhimento, criação de espaços adequados, instalação de equipamentos, programas de computador necessários para a aprendizagem. As ações explicitadas evidenciam que as perspectivas em termos de acesso, permanência e aumento de concluintes no ensino superior implica na adoção de medidas e mudanças no processo educacional.

Cabe lembrar que não basta o direito à educação ser reconhecido, é preciso que ele seja garantido. Os recursos, serviços e equipamentos destinados aos alunos com deficiência no ensino superior estão garantidos por lei, e a implementação depende de políticas sérias de investimentos, mudanças de mentalidade da sociedade e da própria comunidade universitária.

Acesso implica processo de mudanças e está relacionado a criar condições legais e direitos igualitários. Continuando a análise do processo de inclusão, Manzini (2008, p.175) destaca que “acesso corresponde não somente ao ingresso na universidade, mas à permanência na instituição por meio de condições adequadas, para que os alunos com deficiência possam concluir com sucesso o curso.” O ingresso no ensino superior é um direito de todos, sendo preciso conceder às pessoas com deficiência permanente ou temporária as

mesmas oportunidades de participação e inclusão social, de acordo com suas necessidades, sem discriminação, contribuindo assim para sua formação intelectual e de cidadania. Compartilhando desse pensamento, Oliveira (2003, p.55) afirma que os progressos ocorridos em questões referentes à acessibilidade das pessoas com deficiência são decorrentes das perspectivas de uma sociedade inclusiva.

Já Oliveira (2012, p.101) conclui dizendo que:

Instituição educacional inclusiva é aquela que se preocupa com o atendimento às necessidades de todo e qualquer aluno, inclusive as associadas a alguma deficiência em qualquer nível educacional. Implica na avaliação de aspectos que constituem barreiras no processo ensino-aprendizagem, evitando-se assim riscos de exclusão.

Os autores dessa seção trabalham com as considerações de que o direito à educação inclusiva na universidade é avaliado como direito básico da pessoa com deficiência, cabendo providências por parte dos poderes públicos competentes para impedir a sua exclusão. O estabelecimento e a efetivação de políticas públicas que visam ao respeito e à igualdade são primordiais para a superação das desigualdades sociais e conseqüentemente educacionais.

Quanto à questão da implementação de políticas públicas, Arelaro (2003, p. 13) relata:

- 1) a democratização do acesso e da permanência dos alunos, criança, jovem e adulto na escola traduzida em números, tendo como referencia o atendimento de todos(as), uma vez que esta variável traduz, de forma objetiva, a efetivação do direito social à educação;
- 2) a qualidade de ensino adotada pelo sistema educacional como uma variável de permanência, pois se o ensino e a escola forem considerados pelo aluno “(des)qualificados, ele ali não permanece. É importante considerar, no entanto, que a categoria “qualidade” traduz um conceito histórico social, não havendo, científica e pedagogicamente, uma “qualidade” em si, ou seja, não existe “escola de qualidade”, independentemente do contexto social e histórico em que está inserida;
- 3) gestão democrática de educação: esta diretriz de avaliação é polêmica, porém quero sustentar que ela é o eixo norteador que, nas políticas públicas, pode nos permitir conceituar e identificar a “boa escola” e a escola para e de todos. É esta variável que dá a mais socialmente justa condição de avaliação da qualidade do acesso e da permanência das crianças, jovens e adultos na escola. E, sem dúvida, é ela também que nos divide, hoje, em grupos de concepções político-educacionais distintas.

De maneira sucinta Atique e Zaher (2006, p.33) avaliam de maneira similar ao autor acima a questão das políticas públicas de acessibilidade e inclusão e diz que: “A acessibilidade física das IES, a aquisição de equipamentos específicos, a formação e a capacitação da equipe de técnicos e professores são necessários para garantir o apoio previsto em lei para que o direito à educação seja efetivado e a educação seja de fato inclusiva.” Dessa maneira, verifica-se que a universidade é parte de um sistema maior, a sociedade, e seus objetivos e serviços sofrem alterações de acordo com as mudanças informacionais, políticas, sociais e econômicas.

Ainda que as atuações de apoio à inclusão de estudantes com deficiência na universidade estejam crescendo, observa-se que as alterações necessárias para responder às necessidades ainda representam um amplo desafio, no que diz respeito a cumprir a legislação vigente.

4.3 ESTUDANTES COM DEFICIENCIA NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011) o Brasil contava em 2011 com cerca de 6,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior conforme dados da Tabela 1.

TABELA 1 – ALUNOS MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Ano	IES Públicas Número Alunos	Part (%)	IES Particulares Número de Alunos	Part (%)	Total de Alunos
2003	1.176.174	29,9%	2.760.759	70,1%	3.936.933
2004	1.214.317	28,8%	3.009.027	71,2%	4.223.344
2005	1.246.704	27,3%	3.321.094	72,7%	4.567.798
2006	1.251.365	25,6%	3.632.487	74,4%	4.883.852
2007	1.335.177	25,4%	3.914.970	74,6%	5.250.147
2008	1.552.953	26,7%	4.255.064	73,3%	5.808.017
2009	1.523.864	25,6%	4.430.157	74,4%	5.954.021
2011	1.773.315	26,3%	4.966.374	73,7%	6.739.689
Média	1.413.019	26,6%	3.891.770	73,4%	5.304.789

Fonte: INEP (2011).

Segundo o Censo 2010, como já comentado na introdução desta dissertação, no Brasil há 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma deficiência, o que representa cerca de 24% da população, sendo importantes os dados referentes à educação da população com deficiência, para entender a problemática com que se depara essa parcela da população.

Entende-se que a educação é um fator fundamental para a inclusão, não apenas para pessoas com deficiência, mas para a população em geral. Contudo, as dificuldades e obstáculos encontrados são grandes, tais como os transportes públicos, que não atendem às

necessidades; as escolas, que não contemplam a acessibilidade; os professores, que ainda não estão capacitados para lidar com alunos com deficiência; materiais pedagógicos adequados são praticamente inexistentes. Essa situação evidencia-se no número de pessoas com deficiência que chegam ao ensino superior. O censo revelou que a tendência para as pessoas com deficiências é encerrar os estudos entre o meio e o fim do ensino médio, e apenas 6,7% apresentam ensino superior completo. (IBGE, 2010).

Levando-se em conta esse panorama, a quantidade de alunos é ainda irrisória. A Tabela 2, com dados obtidos no INEP (2011), mostra que o número de matrículas de alunos com deficiência em instituições de ensino superior, públicas e particulares, passou de 5.078 para 23.250 de 2003 a 2011.

TABELA 2 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Número de Alunos com deficiência	IES Públicas		IES Particulares		Total de Alunos
	Número de Alunos com deficiência	% Alunos com deficiência	Número de Alunos com deficiência	% Alunos com deficiência	
3.705	1.373	27,0%	3.705	73,0%	5.078
4.074	1.318	24,4%	4.074	75,6%	5.392
4.247	2.080	32,9%	4.247	67,1%	6.327
5.105	1.855	26,7%	5.105	73,3%	6.960
2007	1.392	20,0%	5.551	80,0%	6.943
2008	1.984	16,5%	10.070	83,5%	12.054
2009	6.599	31,4%	14.407	68,6%	21.006
2010	6.885	33,9%	13.453	66,1%	20.338
2011	6.531	28,1%	16.719	71,9%	23.250
Média	3.335	28,0%	8.592	72,0%	11.928

Fonte: INEP (2011).

Ainda que em nove anos o número de alunos com deficiência tenha aumentado cerca de 458% (de 5.078 matrículas em 2003 para 23.250 matrículas em 2011), a entrada da população com deficiências ainda é pequena, visto que no início desse período (2003) representavam 0,13% do total de alunos com acesso à educação no ensino superior em nosso

país, conforme Tabela 3. No final do período (2011), passaram a representar 0,34% do total de estudantes, apresentando um crescimento de 0,21 pontos percentuais.

TABELA 3 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES), PÚBLICAS E PRIVADAS.

Ano	% Alunos com deficiência nas IES Públicas	% Alunos com deficiência nas IES Particulares	% Total de Alunos com deficiência nas IES
2003	0,12%	0,13%	0,13%
2004	0,11%	0,14%	0,13%
2005	0,17%	0,13%	0,14%
2006	0,15%	0,14%	0,14%
2007	0,10%	0,14%	0,13%
2008	0,13%	0,24%	0,21%
2009	0,43%	0,33%	0,35%
2010	0,42%	0,28%	0,32%
2011	0,37%	0,34%	0,34%
2003	0,12%	0,13%	0,13%

Fonte: INEP (2011).

Ao considerar os dados da participação dos estudantes com deficiência em relação aos demais alunos das universidades brasileiras, nota-se que o acesso dos alunos com deficiência à educação superior nesse período (2011) aponta crescimento. Nessa questão, os dados indicam que o processo é ainda marcado por limitações, e o acesso dos jovens com deficiência à universidade é ainda muito tímido.

Cabe observar que, dos 23.250 alunos com deficiências inscritos nas IES, cerca de 72% são de instituições privadas e apenas 28% são de instituições públicas. Assim, pode-se concluir que a criação de novas instituições de ensino superior privadas, desencadeadas pelas políticas de expansão do ensino superior, é fator decisivo nessa conjuntura.

Apesar dos números ainda serem não significativos em dados absolutos, eles já representam uma alteração importante no quadro do ensino superior. O crescimento a partir de 2007 demonstra a implantação e efetivação de políticas educacionais, políticas públicas de inclusão e programas de ações afirmativas que visam o respeito à diversidade e à igualdade social. Os números são dados importantes para o acesso, todavia os alunos com deficiência

ainda se deparam com barreiras arquitetônicas, comunicacionais metodológicas e até atitudinais e têm que conviver com preconceitos no ambiente acadêmico. Por isso é primordial a conscientização das pessoas envolvidas no processo educacional, para que se permita a igualdade de oportunidades a essas pessoas.

As adequações e adaptações precisam estar presentes durante toda a permanência do estudante no ensino superior. A análise dos indicadores evidencia um salto no número de registros de alunos com deficiência, contudo o desafio é o alcance de dados qualitativos, porque são insuficientes os registros de pesquisas longitudinais que refletem como o processo de inclusão está ocorrendo dentro das IES.

A universidade possui papel essencial na busca da inclusão e da acessibilidade, proporcionando oportunidade de autonomia, liberdade e possibilidade de ir e vir para todos. Faz-se importante que se reflita no acesso e na permanência, não como assistencialismo para com o discente com deficiência, mas como um compromisso da universidade, baseado numa educação cidadã, que se preocupa com a igualdade de educação entre os desiguais.

Em 2005, com a implantação do Programa INCLUIR pelo MEC, são incentivadas a constituição e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), surge o Programa de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense: O Sensibiliza UFF, que será descrito em seção posterior.

5 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A seção abordará os seguintes tópicos a seguir: contexto histórico das bibliotecas e as bibliotecas universitárias e a acessibilidade.

5.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS

Construindo uma retrospectiva sobre as bibliotecas universitárias, constata-se que sua origem é anterior aos livros e pergaminhos.

As bibliotecas mais antigas registradas nasceram na Babilônia, cuja escrita era gravada em tabletes de argila, passando pelos egípcios, com seus escritos registrados em rolos de papiro, chegando à invenção e à difusão do pergaminho, com o legado do manuscrito enrolado, até o ano 300 d.C. (PELA, 2006, p.55)

Pensadores, filósofos e teatrólogos gregos contribuíram com a guarda e conservação dos escritos, deixando seus acervos entre as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, as quais foram invadidas e incendiadas pelo exército romano. Com a fusão entre a cultura grega e a latina, as bibliotecas começam a ganhar destaque, permanecendo até a queda do Império Romano. (PELA, 2006, p.57)

Com o desenvolvimento do cristianismo, as bibliotecas se sedimentam nos mosteiros e conventos. Eram locais reservados, de acesso restrito, com a função de colecionar e preservar o conhecimento produzido, e deram sustentação ao nascimento das universidades. Pela (2006, p.26) ressalta que:

A partir do século XV, com a invenção da imprensa por Gutenberg, as alterações foram significativas na cultura escrita. A reprodução do livro é mais rápida, a tiragem aumenta e o custo é reduzido, refletindo nas bibliotecas e no acesso à informação. Com a Renascença, a biblioteca adquire um novo sentido, assim como o livro apresenta um significado de utilidade ao alcance de todos e surge a figura do bibliotecário.

Considerando a trajetória das universidades nas ações jesuíticas, inicia-se também a retrospectiva da biblioteca universitária. Carvalho (2004, p.13) apresenta que:

O nascimento e o crescimento das cidades e a construção de igrejas e conventos impulsionam o surgimento das bibliotecas. Onde nasceu um convento nasceu também uma biblioteca, não apenas para uso pessoal dos jesuítas, mas como apoio aos seminários e colégios. [...] Destaca-se, no final do século XIX e início do século XX, com o surgimento das escolas superiores, a criação das bibliotecas ligadas a essas instituições. [...] A trajetória das bibliotecas universitárias brasileiras foi marcada por dificuldades em todos os níveis, acompanhada pelas dificuldades enfrentadas pelas universidades no decorrer de sua história.

A partir da década de 1950, salienta Ferreira (1980, p.25), “os objetivos, métodos e processos da universidade passaram a ser analisados, decorrentes da defasagem do grau de desenvolvimento do país e do papel da universidade tradicional e conservadora.”

Segundo Santana (1989, p.35), “a década de 1960 exterioriza a falta de incentivos e medidas governamentais para favorecer o ensino superior. Destacam-se os escassos recursos às universidades e a precariedade da oferta de serviços à comunidade.” Russo (1998, p.21) diz que “Esse cenário de obscurantismo estava instalado nas bibliotecas universitárias brasileiras, mesmo após a resolução do Conselho Federal da Educação, em 1963, que recomendava a existência de bibliotecas como um dos requisitos para reconhecimento dos cursos das IES.”

Com a reforma universitária de 1968, novos objetivos da universidade foram definidos, com o intuito de vinculá-los ao âmbito econômico do país. A biblioteca universitária segue os princípios delineados pela reforma, ora envolvendo as modificações e modernizações na estrutura e objetivos da universidade, ora sendo vista como parte da sociedade na qual está inserida, preocupando-se com as funções e atividades da universidade, com os indivíduos, membros da comunidade universitária, no desempenho de suas atividades acadêmicas, administrativas e docentes, centrando neles as suas atividades.

Nessa conjuntura, a biblioteca universitária precisaria esquematizar os seus serviços de acordo com os objetivos da universidade (de ensino, pesquisa e extensão), integrando-se ao sistema acadêmico, lutando contra o conceito de biblioteca isolada. Introduce-se o princípio de centralização, coordenação e cooperação, seguindo a orientação administrativa de evitar a duplicação de meios para fins idênticos e racionalização administrativa. Como exemplo dessa nova visão, foi a criação da Biblioteca da Universidade Nacional de Brasília, com estrutura organizacional centralizada, acompanhando os moldes da reforma acima citada.

Apesar do desenvolvimento econômico e do crescimento das universidades, as bibliotecas não acompanharam esse crescimento na mesma proporção. Miranda (1978, p.5) relata que: “apesar das grandes construções, as bibliotecas não conseguiram atender às demandas de serviços cada vez mais sofisticados e seus acervos não foram renovados.”

Em 1973, a Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias criou a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), cujo objetivo era pesquisar as dificuldades de desenvolvimento e gerenciamento das bibliotecas universitárias, ampliando sua função, de acordo com o contexto social, econômico e político de cada época, na promoção de seminários, palestras, congressos, entre outros.

Em 1986 foi implantado o Programa de Bibliotecas Universitárias, que atuou como um marco para as políticas públicas e apontou recomendações de modernização para as

bibliotecas universitárias, ainda que tenha refletido na execução de seus projetos a crise econômica brasileira.

Na década de 1990 se consolidaram os processos gerenciais, com a preponderância da gestão da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços informacionais, advindos da sociedade da informação, da globalização e do avanço das tecnologias da informação. Carvalho (2004, p.28) comenta que “As iniciativas das bibliotecas, na área de tecnologia da informação, se voltaram para a disponibilização da produção científica por meio da internet, como são os exemplos do portal de periódicos, os bancos de teses e dissertações e as bibliotecas digitais.”

Concluindo, Carvalho (2004, p.35) ressalta que em relação ao desenvolvimento das bibliotecas que:

É preciso ter clareza de que, desde os tabletes de argila da Babilônia, dos pergaminhos na Ásia Menor e dos papiros do Egito até os diferentes suportes utilizados atualmente, quer seja papel ou magnético, as bibliotecas passaram por etapas de amadurecimento, sem perder de vista sua relação com a socialização do conhecimento e com sua responsabilidade de prover acesso às informações codificadas, registradas e gravadas.

Atualmente, além da biblioteca física, existem as bibliotecas digitais e virtuais, voltadas à facilidade na localização da informação, interligando recursos e usuários. Segundo Cunha (2000, p.77), “caberá à biblioteca física o gerenciamento dessa informação. A diferença da coleção passa do tamanho do acesso para a quantidade destinada ao acesso à informação, seja em bancos de dados ou em redes virtuais.” Hoje a biblioteca universitária deve unir a função de adquirir e preservar o material bibliográfico impresso ao de incorporar novas tecnologias de informação. O significado das bibliotecas universitárias também deve mudar no ambiente universitário, já salientado pela UNESCO (1999, p. 73):

[a biblioteca] não é mais somente um lugar onde livros e outros materiais escritos, relevantes para o ensino e a pesquisa, são regularmente colecionados, catalogados e preservados. Está se tornando, cada vez mais, o centro nervoso para a interação entre aqueles que providenciam as informações e seus usuários, dos quais o ensino moderno e a pesquisa dependem. Juntamente com arquivos e museus, as bibliotecas providenciam não somente um local físico, mas também um contexto intelectual para a guarda, preservação e troca de conhecimentos.

Carvalho, (2004, p.33) considera que “A socialização do conhecimento, no caso das bibliotecas universitárias, é um dos elementos fundamentais à vida social, sendo considerado como um dos fatores capazes de gerar a superação de desigualdades [...]”

Atualmente as bibliotecas universitárias se encontram em uma fase de transformação, buscando adaptar-se às mudanças econômicas e tecnológicas que influenciam a disseminação do conhecimento. Nesse processo de transformação a estrutura da biblioteca universitária é afetada pelas tecnologias da informação, gerando alterações de produção, disseminação, armazenamento, uso e sistematização da informação.

Ainda imerso no contexto de transformação, Anzolin e Sermann (2006, p. 7) afirmam que a biblioteca universitária tem por finalidade principal a de:

dar suporte informacional, complementando as atividades curriculares dos cursos, oferecendo recursos para facilitar a pesquisa científica. Sua missão é prover informação para o ensino, a pesquisa e a extensão, de acordo com a política, o projeto pedagógico e os programas da universidade na qual está inserida.

Além do autor acima, Emmanuelli (2009, p.55) conclui que:

As bibliotecas universitárias são responsáveis pelo tratamento e pela disseminação do acervo das universidades das quais fazem parte e também devem estar de acordo com seus objetivos. A sua atuação deve estar focada no estabelecimento de ensino superior à qual está ligada, suas coleções visam atender às disciplinas dos cursos oferecidos, seus usuários são os alunos, professores e técnicos dessa instituição e os seus serviços são desenvolvidos para atender à demanda dessa clientela.

A eficiência das bibliotecas universitárias é determinante em todo o processo educacional, viabilizando o acesso à informação necessário ao desenvolvimento intelectual acadêmico de todos os alunos.

5.2 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A ACESSIBILIDADE

A função da universidade na formação de seus alunos está relacionada à produção e à disseminação do conhecimento. Sendo a informação a matéria-prima para a edificação do conhecimento, compete à biblioteca universitária disponibilizá-la. A biblioteca universitária presta um serviço primordial para a universidade, pois a sua influência é decisiva em todo o processo educacional no ensino superior, permitindo o acesso à informação necessário ao desenvolvimento intelectual de todos os discentes e também docentes.

Garantir a acessibilidade é um desafio que se põe às bibliotecas universitárias, por meio da oferta de produtos e serviços compatíveis com as diferentes necessidades (PELA, 2006, p.62). Para tanto, a efetividade das legislações e políticas públicas direcionadas não somente ao ingresso, mas também à permanência e à conclusão do ensino superior destacam o papel da biblioteca universitária inserida nesse contexto.

As bibliotecas universitárias são convocadas a encaminhamentos que apreciem o acesso à informação, considerando as diferentes necessidades de seus usuários. A questão da acessibilidade da pessoa com deficiência é fato consolidado em legislação e em políticas sociais, embora obstáculos e barreiras sejam encontrados ainda em ambientes, edifícios, equipamentos e comunicação, dificultando o uso e criando constrangimento às pessoas com deficiência.

Dentro desse contexto de acessibilidade em bibliotecas, Fialho e Silva (2012, p.155) ressaltam que:

Para uma biblioteca ser acessível, é necessário que acolha um maior número de pessoas em suas atividades, que tenha instalações adequadas para atender cada um, conforme suas diferenças físicas, antropométricas e sensoriais; somando-se a isso a acessibilidade digital e tecnológica de forma organizada.

Como desafios imediatos, são postos às bibliotecas universitárias fazer com que os direitos sejam efetivados, responder às necessidades dos alunos, ampliar o debate sobre políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência e posicionar efetivamente a biblioteca no plano de implantação de políticas de educação inclusiva na universidade.

As bibliotecas universitárias estão vinculadas às instituições a que estão subordinadas. São organizações sem autonomia própria, integrando-se numa relação de troca mútua, não podem ser entendidas sem que se estude a instituição que lhe deu origem: a própria universidade. Daí a imagem da biblioteca universitária que busca vencer obstáculos e desafios impostos pela sociedade.

No processo de aprovação e reconhecimento dos cursos, as bibliotecas universitárias são avaliadas nos seguintes quesitos: acervo, instalações, recursos humanos e também, a partir da Portaria n. 1.679/99 do MEC, que dispõe sobre acessibilidade, passa a considerar as providências para que o ambiente seja acessível.

Apesar das exigências, Silveira (2000, p.17) apresenta a situação das bibliotecas universitárias em uma realidade tal que se pode considerar alarmante, considerando que cita:

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações. O conjunto de recursos informacionais, representado por itens componentes dos acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal", resultando daí a inacessibilidade parcial e, na maioria das vezes, total à informação disponibilizada pela biblioteca [...].

Porém, para Emmanuelli (2009, p.15) o panorama tende a mudar, afirmando ele:

[...] as bibliotecas universitárias entram numa etapa de mudanças e são convocadas a assumir novos serviços para atender às exigências da universidade, onde se destacando o atendimento aos alunos com deficiência. As bibliotecas universitárias passam a assumir o desafio de garantir acessibilidade a todos os usuários, proporcionando serviços e apoios em formato compatível com seus interesses e exigências.

Em prol da acessibilidade, cabe às bibliotecas universitárias, fornecer a comunidade acadêmica os recursos de informação, oferecendo serviços e produtos diferenciados às suas limitações, segundo Fialho e Silva (2012, p.165) “não apenas os estudantes, mas, também, professores, servidores técnico-administrativos e qualquer membro da comunidade acadêmica com deficiência que necessite de acesso à informação e ao conhecimento”. Sendo assim,

pesquisando sobre a infraestrutura, encontra-se Mazzoni (2001, p.31), de quem se destaca a observação:

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tantos aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso etc.), como aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc.).

Para uma biblioteca ser acessível e inclusiva, faz-se necessário que receba um maior número de pessoas, que as acomodações físicas sejam adequadas para atender cada um, de acordo com suas diferenças, que a acessibilidade digital seja organizada e que o atendimento ao público oferecido pelos funcionários seja de atenção e humanidade. Desta maneira, Silveira (2000, p.15) esclarece que:

[...] as possibilidades de acesso iguais e justas para todos os usuários precisam ser garantidas, criando-se espaços que ofereçam recursos tanto no que diz respeito ao mobiliário, espaço físico, acervo, sinalização e capacitação da equipe como no ajuste da página da biblioteca e seus recursos tecnológicos.

Apresenta-se com o papel de buscar, por meio de tecnologia de informação, formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e favorecendo a garantia do direito à educação.

Diante desse contexto, o papel da biblioteca universitária é a disseminação da informação aos membros da comunidade acadêmica, inclusive aqueles com qualquer tipo de deficiência, sem discriminação, contribuindo para a formação intelectual e da cidadania.

Baseado nisso, Oliveira (2003, p.5) lembra que:

O impacto da falta de acessibilidade discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita equiparação de oportunidade para uma vida de qualidade. A inacessibilidade interfere de modo significativo no cotidiano dessas pessoas, pois estão sendo cerceadas do seu direito de ir e vir, de circular livremente, de ser autônomas, de ter educação e trabalho, enfim, elas não têm acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade e também não podem ser inseridas no mundo produtivo.

A biblioteca não pode ficar passiva ao aluno com deficiência, pois se trata de um público que não deve ser desprezado e sim, respeitado. Dessa maneira, além da acessibilidade e adaptação do espaço físico oferecido pelas bibliotecas universitárias, é importante atender às necessidades específicas, apresentando acesso à informação em inúmeros formatos.

Todavia, conforme Silveira (2000, p.43), “para que as bibliotecas universitárias sejam acessíveis e inclusivas, há que se implantar e concretizar políticas públicas para garantir de forma permanente a inclusão e a acessibilidade.”.

Ainda no contexto de inclusão, a autora citada (2000, p.43) aborda que:

[...] o papel das bibliotecas universitárias, o de prover recursos informacionais à comunicação acadêmica, a fim de subsidiá-las nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. [...] o descaso para com os deficientes, prevalecendo barreiras arquitetônicas, inacessibilidade à informação disponibilizada, inexistência de tecnologias alternativas, alegando-se o pequeno número de pessoas portadoras de deficiência nas instituições de ensino superior.

Marengo e Dutra (2008, p.5) identificam os ambientes inclusivos nas bibliotecas universitárias por meio de levantamento da acessibilidade arquitetônica, instrumental e metodológica, ressaltando que:

[...] as novas tecnologias da informação e comunicação têm contribuído para amenizar a questão de acessibilidade, especialmente àquelas pessoas com deficiência física e sensorial. Entretanto, na aquisição das bibliotecas universitárias nem sempre é possível dada as restrições orçamentárias, pois é alto o custo de equipamentos e a manutenção.

Oliveira (2004, p.16) aborda a importância da biblioteca universitária, sua finalidade junto às Instituições de Ensino Superior e a necessidade de se estabelecer um sistema de avaliação adequado, visando seu melhor aproveitamento e facilitando as condições de ensino. Relata a evolução das técnicas de registro, recuperação e disseminação da informação e, dentro desse processo evolutivo, a função da biblioteca se mantém: organizar, armazenar e dispor a informação para que todo indivíduo possa dela usufruir. Continuando sobre a importância das bibliotecas universitárias, a autora (2004, p.16) salienta que:

[...] é importante considerar que é obrigatória a existência de uma biblioteca universitária nas instituições de ensino superior, como um dos principais elementos da infraestrutura que devem corresponder às necessidades institucionais e políticas formalmente estabelecidas.

Porém, apesar dos avanços nos últimos anos, as bibliotecas universitárias ainda são frágeis no que diz respeito à regulamentação e faltam políticas institucionais inclusivas efetivas. Verifica-se que faltam investimentos político-educacionais para aquisição de equipamentos tecnológicos, acervo especial e programas mais efetivos para instalações e adaptações em condições de acessibilidade.

Conforme Pupo, Melo e Ferres (2008, p.12), em relação às melhorias, faz-se necessário também a capacitação dos funcionários, para melhorar o desenvolvimento de produtos e serviços demandados pelos alunos com deficiência. O que se evidencia são ações fragmentadas e isoladas que não garantem de fato uma política de inclusão nas bibliotecas universitárias.

6 METODOLOGIA

O presente estudo possui como tema a acessibilidade física às pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida para o objeto da pesquisa, que é a Biblioteca da Escola de Arquitetura e Urbanismo (BAU), da Universidade Federal Fluminense (UFF), tratando-se de um estudo de caso exploratório. A metodologia foi um estudo de caso exploratório, com finalidade explicativa com finalidade explicativa da situação em que se encontra o objeto da pesquisa, a BAU, quanto a sua acessibilidade para atender às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, em relação às diretrizes e recomendações da boa prática da situação da biblioteca quanto à acessibilidade e viés metodológico, pois se desenvolveu um instrumento para a avaliação qualitativa da acessibilidade arquitetônica por indicadores de acessibilidade física, propostos a partir das determinações da norma técnica NBR 9050 e outras vigentes.

O estudo de caso é um método, que Gil (2002, p.54) explica como sendo “caracterizado por ser um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma a permitir conhecimentos amplos e detalhados sobre o mesmo”. Richardson (1999, p.72), por sua vez, comenta que um estudo de caso é “caracterizado por ser uma exploração intensiva que investiga fenômeno atual - individual ou coletivo - de forma detalhada e holística, dentro de seu contexto de realidade”.

Segundo Gil (1999, p.144), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar que se obtenha uma visão geral sobre determinado fato, ou seja, propiciar maior intimidade com o problema, com o objetivo principal de melhorar ideias ou a descoberta de intuições.

Quanto aos meios, a pesquisa foi apoiada em pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Esta última será detalhada em seção 6.2 A coleta de dados na pesquisa de campo.

A pesquisa documental forneceu a análise reflexiva sobre as condições de acesso, permanência e ações no ensino superior por meio de documentos, abordando fundamentos teóricos de outros trabalhos. Faz-se necessário o apoio da pesquisa documental para analisar resoluções, leis, decretos e programas institucionais relacionados ao tema. Os documentos são necessários, conforme Martins (2008, p.46), “para melhor entendimento do caso e também para corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através de triangulação de dados e resultados”. A principal fonte documental explorada foi a política de inclusão da Universidade Federal Fluminense, denominada Sensibiliza UFF, a qual será abordada na próxima seção. A mesma serviu de base

para apontar como está a questão da acessibilidade e inclusão na instituição a qual foi avaliada.

Na pesquisa bibliográfica, a produção acadêmica e científica investigada tratou-se de pesquisas sobre inclusão, acessibilidade, políticas de inclusão na educação superior e bibliotecas universitárias, utilizando-se as seguintes palavras-chaves: acessibilidade em bibliotecas, políticas públicas, inclusão e bibliotecas e bibliotecas universitárias. Não foram empregados filtros como critérios para restrição da pesquisa.

Como fonte de pesquisa, foi utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na base Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT) e no portal Scielo. Ressalta-se que nos três títulos pesquisados foram utilizadas as mesmas palavras-chaves citadas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação (MEC), mantém uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo (www.periodicos.capes.gov.br), oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados em revistas nacionais e internacionais, além de oferecer bases de dados, entre as quais se destaca o Banco de Teses.

O material levantado nessas bases, porém, foi insuficiente, ocorrendo a necessidade de ampliar a procura, estendendo-se o levantamento para portais de eventos a partir do ano de 2000, sendo eles os dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e os Congressos Multidisciplinares de Educação Especial.

Utilizou-se também livros, teses, dissertações e artigos sobre o assunto em questão. O levantamento resultou em grande número de trabalhos, os quais foram escolhidos para compor esse referencial por método indutivo.

O levantamento possibilitou uma visão parcial do estado do conhecimento na literatura especializada acerca de políticas inclusivas e acessibilidade no ensino superior e em bibliotecas universitárias, evidenciando-se essa escolha pelos escassos estudos no contexto brasileiro exclusivos sobre bibliotecas universitárias nos últimos anos, mesmo considerando o crescente número de investigações nessa temática.

Observa-se, nessas pesquisas, uma predominância de estudos de impacto no campo da avaliação de políticas. Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 110) indicam que “o impacto de uma política é uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não os seus objetivos ou propósitos”. No caso, os estudos aqui relatados avaliam as

políticas implementadas, suas causas e mudanças na população-alvo, caracterizando-se como avaliação de políticas, reforçando o argumento dos autores Figueiredo e Figueiredo (1986, p.111), que consideram as investigações sobre avaliações políticas ainda reduzidas, necessitando de ampliação e sistematização.

Registra-se também, nesse referencial, uma carência de estudos em políticas inclusivas institucionais direcionadas às bibliotecas universitárias. Essa lacuna de pesquisa é verificada tanto em teses e dissertações como em artigos científicos e trabalhos publicados em eventos.

Finalmente, tem-se a destacar que para a concretização deste estudo foi adotada a metodologia qualitativa que, de acordo com Oliveira (2005, p. 66), é caracterizada como sendo uma “tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento”. Sendo assim, adequada quando o pesquisador pretende interpretar a realidade dentro de uma visão sistêmica e complexa, que é o caso estudado.

A pesquisa qualitativa se propõe a descrever a complexidade do problema, buscando informações legítimas para se elucidar o significado e as propriedades de cada documento, em que se depara o objeto da pesquisa, que é a seguir apresentado.

6.1 O OBJETO E O UNIVERSO DA PESQUISA

O objeto da pesquisa foi a Biblioteca da Escola de Arquitetura e Urbanismo (BAU), da Universidade Federal Fluminense (UFF), Está localizada no campus da Praia Vermelha, no bairro de São Domingos, na cidade de Niterói.

A BAU é uma das vinte e oito bibliotecas da UFF, tendo sido selecionada para a realização da pesquisa sobre acessibilidade devido a ela atender ao curso de Arquitetura e Urbanismo e dessa maneira poderia ser modelar para as outras bibliotecas do Sistema e também servir de incentivo para os arquitetos que se formarão a partir dela.

A BAU é uma biblioteca pública, universitária, com acervo especializado em Arquitetura e Urbanismo. Criada em 01 de julho de 1999, tem como objetivo viabilizar a difusão de informação técnico-acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e áreas afins, dando suporte ao ensino, extensão e à pesquisa, tanto em nível de graduação quanto pós-graduação.

Seu acervo é composto por mais de 10.000 itens, dentre eles: Livros, Periódicos, Teses e Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso, Plantas, Mapas, etc.

Dentre os principais serviços destacam-se: acesso ao catálogo *on line*, acesso ao Portal de Periódicos da Capes, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, liberação para fotocópias, normalização bibliográfica, serviço de comutação bibliográfica (COMUT), serviço de referência especializado, treinamento de usuário, elaboração de fichas catalográficas.

A biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, de 10hs às 18hs, e sua equipe é formada por 4 bibliotecários (sendo um gestor), 1 funcionário técnico administrativo e 2 estagiários, distribuídos em diferentes funções.

6.2 A COLETA DE DADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Essa etapa da pesquisa é o momento em que o pesquisador e a realidade em que está inserido o problema da pesquisa interagem, é o confronto da teoria com a realidade.

Foi elaborado um Instrumento de Indicadores para análise e posterior coleta de dados no campo empírico. Trata-se de um instrumento para a compreensão da realidade prática da BAU com relação à acessibilidade e à inclusão dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, elaborado com base na norma técnica NBR 9050 (ABNT, 2015) e os aspectos considerados para a análise das dimensões de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas vão desde o espaço físico, seu entorno e até as dependências que servem de extensão aos usuários da biblioteca.

A escolha da norma técnica NBR 9050 (ABNT, 2015) como base para a elaboração desse Instrumento, foi devido às principais fontes bibliográficas e documentais pesquisadas, a utilizarem como ferramenta para análise dos ambientes arquitetônicos e para determinação de parâmetros de acessibilidade em bibliotecas universitárias.

A identificação das dificuldades que as pessoas com deficiência física enfrentam para acessar as bibliotecas e a verificação dos obstáculos (arquitetônicos, urbanísticos) enfrentados por elas são essenciais para que possam ser encontradas soluções que tornem a biblioteca mais acessível, eliminando as barreiras que impedem sua utilização plena e contribuindo para a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência física nas Universidades.

O Instrumento de Indicadores apresentado servirá de base para futuras pesquisas no intuito de analisar os principais tópicos de acessibilidade em bibliotecas universitárias.

A Lista de Indicadores considerou os questionamentos sobre Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias em dois blocos: Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade de

Mobiliários e Equipamentos. Foi, portanto, uma abordagem do espaço efetivo da BAU e seu entorno. Está apresentado no APÊNDICE A, como Lista de Indicadores de Avaliação.

Os conceitos a serem verificados nessa Lista de Indicadores de Avaliação são sobre a Acessibilidade arquitetônica, quanto às barreiras ambientais físicas encontradas nas edificações, e sobre a Acessibilidade Instrumental.

Na Acessibilidade Arquitetônica, as questões foram agrupadas em seis blocos, sendo eles sobre: 1 – Entorno da Biblioteca; 2 – Entrada da Biblioteca; 3 – Espaços internos da Biblioteca; 4 – Pisos da Biblioteca; 5 – Corredores da Biblioteca e 6 – Sanitários da Biblioteca.

Na Acessibilidade Instrumental, que foi denominada na Lista de Indicadores como Acessibilidade a Mobiliário e Equipamentos, as questões foram ordenadas segundo os três blocos seguintes: 1 – Balcão de Atendimento da Biblioteca; 2 - Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e 3 – Estantes da Biblioteca.

As questões de cada bloco podem ser conferidas no APÊNDICE A, abordando, entre outros, sobre escadas como único acesso a locais com grandes desníveis, inexistência de rampas de acesso, portas e circulações estreitas que não permitem passagens e manobras; inexistência de banheiros acessíveis; balcões de atendimento com altura inadequada, muito alta para o acesso de pessoas com baixa estatura ou utilizando cadeira de rodas; e pavimentação inadequada (deslizante, irregular ou danificada) que causam trepidação e perigo para usuário de cadeira de rodas entre outros.

Foi também realizada uma entrevista com o gestor da biblioteca para dirimir dúvidas, lembrando o que Manzini (2004, p.9) ressalta:

[...] entrevista pode ser concedida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui informação que possibilita estender o fenômeno em pauta, cuja mediação ocorre principalmente por meio de linguagem.

Gil (2008, p.111) aponta a técnica da entrevista como adequada por permitir o aprofundamento das respostas, nas quais o entrevistado é livre para se expressar.

6.3 A ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados por pesquisa bibliográfica e documental foram realizadas por método indutivo.

A análise dos dados de campo, no caso da entrevista, foi por análise do conteúdo do discurso, que Bardin (1979, p. 42) apresenta como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a referência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda segundo Bardin (1979, p.117), dentre os procedimentos metodológicos, a análise de conteúdo utiliza, como categorização, o seguinte:

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico.

Os dados coletados pela Lista de Indicadores de Avaliação foram analisados qualitativamente, questão a questão.

Os dados obtidos com aplicação da Lista de Indicadores foram organizados em quadros, divididos em duas categorias - Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade a Mobiliário e Equipamentos, seguidos de suas respectivas análises. Após a obtenção dos dados, tornou-se possível realizar a análise dos mesmos tendo como base a literatura da área como as leis e normas específicas, realizando-se, dessa forma a comparação entre a teoria e a prática observada na biblioteca.

Os dados coletados conforme os blocos de coleta de dados do APÊNDICE A foram analisados e considerados conforme esses agrupamentos e apresentados em quadros a seguir, sendo que se utilizou a letra **S** para a resposta positiva à questão formulada; **N** para o caso de a resposta ser negativa; **P** para **Parcialmente** e, por fim, **N/A** para **Não de Aplica**.

7 RESULTADO DA PESQUISA DOCUMENTAL: O SENSIBILIZA UFF

Incluir estudantes com deficiência no ensino superior significa reconhecer a diversidade da sociedade e perceber que esses estudantes como uma parcela da população estudantil tem o direito à educação.

No intuito de contribuir para a inserção desses estudantes, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) incluiu:

“acessibilidade de pessoas com deficiência” nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), segundo a Portaria 3.284 de 07 de novembro de 2003 do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008, p.11)

Porém, mais do que cumprir leis, um número cada vez maior de instituições vem se preocupando com a inserção dos estudantes com deficiência, desde o vestibular, seguindo ao longo do percurso universitário, reduzindo sua evasão.

7.1 APRESENTAÇÃO DO SENSIBILIZA UFF

Na UFF, a Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) – DAI/CAS é referência para as políticas institucionais voltadas para a atenção aos estudantes com deficiência, disponibiliza suporte técnico e pedagógico à comunidade acadêmica sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. Tem como proposta promover a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dislexia, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pela comunidade interna e externa à UFF, através de ações inovadoras de ensino, pesquisa, extensão, serviços e infraestrutura, com o desafio de construir uma política de acessibilidade com vistas à construção de uma universidade inclusiva.

As principais ações do *Sensibiliza UFF* (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008, p.13-14) são:

- Disponibilização de equipamentos, softwares e serviços que possibilitem a autonomia acadêmica desses estudantes.
- Suporte técnico e pedagógico a professores e funcionários técnico-administrativos que trabalhem diretamente com esse segmento.
- Sensibilização e articulação da comunidade acadêmica da UFF como setores da sociedade organizada ligados a pessoas com deficiência, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema deficiência/pessoas com deficiência,
- Levantamento de fontes de recursos para a viabilização de projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre os temas, objeto do *Sensibiliza UFF*.
- Elaboração de um Censo anual para a identificação de estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência na UFF.
- Divulgação interna e externa de trabalhos desenvolvidos na UFF sobre deficiência/pessoas com deficiência.
- Ações de acolhimento que assegurem a inclusão no ensino superior dos estudantes, além das condições de estudo e de modalidades de apoio adequadas à satisfação das suas necessidades, à sua autonomia, participação e realização pessoal.

O *Sensibiliza UFF* criou em 2008 uma revista, o *Caderno de Acessibilidade* (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008, p.11), com o objetivo de “auxiliar na tarefa de inclusão educacional de pessoas com deficiência, autismo, dislexia, transtorno do déficit da atenção e hiperatividade, e altas habilidades/superdotação no ensino superior da nossa universidade.”

Com orientações gerais sobre como abordar pessoas com diferentes tipos de necessidades educacionais especiais, inclui:

orientações específicas ao professor em sala de aula, permitindo maior autonomia acadêmica desses estudantes, além de apresentar o projeto elaborado para a criação do *Sensibiliza UFF*, critério prioritário do Programa Incluir da Secretaria de Ensino Superior, Secretaria de Educação Especial e Ministério da Educação (2007) e dá início à divulgação das legislações voltadas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional brasileiro (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008, p.11).

O *Sensibiliza UFF* nasceu de iniciativas resultantes dos esforços individuais de professores, funcionários técnico-administrativos e alunos de vários setores da universidade e instituições parceiras. Esses pioneiros, na tentativa de implantação de políticas de inclusão são assim lembrados:

[...] representavam e projetavam a UFF nos cenários científicos, artísticos e sociais, sem que fizessem parte de uma política institucional voltada para a diminuição da exclusão vivida por essas categorias. Contudo, pressões sociais para o reconhecimento dos direitos humanos do cidadão vítima da exclusão vão despertando paulatinamente a responsabilidade institucional frente a tais projetos. Ao mesmo tempo em que as Instituições de Ensino Superior no âmbito federal são desafiadas com novos desenhos da política institucional para todos [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008, p.9).

Tais iniciativas tinham o objetivo de “fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas na UFF, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas,

comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade.” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2012).

Atualmente, essa divisão é vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, que tem por finalidade, desenvolver políticas de apoio estudantil por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico. A sua proposta é a “promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e comunicação.” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2009).

7.2 UM OLHAR HISTÓRICO

A Universidade Federal Fluminense não possuía até recentemente uma política institucional voltada para as pessoas com deficiência. Em junho de 2009, se deu o marco inicial conforme é explicado no texto:

[...] com a inauguração do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (NAIS-UFF), com apoio do Programa Incluir (MEC/Sesu). Fruto de um projeto de extensão, coordenado pela Professora Luiza Moreira da Costa, [...] na gestão do então Pró-reitor, Professor Sidney Mello, atual reitor da instituição.

Em 2011, [...] o NAIS passou a ser ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Em 2012, [...] foi promovido a Divisão de Acessibilidade e Inclusão. [...] A acessibilidade na UFF, como na maioria dos espaços públicos, ainda não é ideal. [...] A situação não muda de um dia para outro. Gradualmente, abrir-se-ão espaços para que as pessoas com deficiência possam estudar, trabalhar e visitar a universidade com dignidade e comodidade. E a Divisão de Acessibilidade e Inclusão tem um papel fundamental nessa caminhada. A partir do Sensibiliza, nesses últimos seis anos, a UFF obteve grandes avanços na área de inclusão, acessibilidade e cidadania.

Antes de se tornar uma Divisão de Acessibilidade e Inclusão, o Sensibiliza já fazia parte dos planos de pessoas que pensavam a inclusão dentro da UFF, como a sua professora Cristina Maria Delou.

Relembrar o início do Sensibiliza, em 2006, é recordar as primeiras reuniões, realizadas na então Pró-Reitoria Acadêmica, PROAC, sob a direção do então Pró-Reitor, Professor Sidney Luiz Matos de Mello, coordenadas pelo Professor Sérgio José Xavier de Mendonça, e lideradas pela Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, do Instituto de Comunidade da Faculdade de Medicina. Esta última foi a primeira pessoa a procurar a PROAC interessada em reunir professores, funcionários e alunos que há muitos anos realizavam projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão direcionados para as pessoas com deficiência.

O nome Sensibiliza foi trazido pela própria, a partir de um projeto de extensão desenvolvido com os alunos do primeiro período do curso de Medicina. [...]

A alocação física do Grupo de Trabalho (GT) do Sensibiliza ficou a cargo do Professor Sidney L. M. de Mello, que designou o espaço destinado à garagem dos carros do Núcleo de Documentação (NDC), nos fundos da Biblioteca Central do Gragoatá, para o funcionamento do projeto. O GT foi constituído por professores de várias áreas, funcionários técnico-administrativos, estudantes de diversos cursos, além de representantes de vários segmentos da sociedade, com e sem deficiência [...]. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015).

Em maio de 2013, o NAIS-UFF passou a ser chamado de Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) – DAI/CAS, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), sob a direção do Professor Sérgio José Xavier de Mendonça. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015).

O Sensibiliza UFF teve sua denominação abreviada para apenas Sensibiliza e vem participando continuamente de atividades acadêmicas que fazem parte do calendário da UFF.

Em 2015, o Sensibiliza passou a se localizar no Térreo do Bloco A do Campus do Gragoatá, sob a coordenação da psicóloga Paula Liliane dos Santos Godois e subcoordenação da jornalista Lucília Machado (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015).

7.3 A MISSÃO, A VISÃO, OS VALORES E OS OBJETIVOS DO SENSIBILIZA UFF

O Sensibiliza UFF tem a missão de:

tornar a universidade uma instituição inclusiva e cidadã, através da integração da pessoa com deficiência, com pleno exercício de seus direitos essenciais com respeito e dignidade; iguais oportunidades no meio social, sem privilégio ou paternalismo; bem como a existência de condições básicas de acesso à educação, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino superior. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2009).

Sua visão é se tornar “uma referência nacional na gestão universitária de soluções que promovam a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2009).

Seus valores são a “responsabilidade Social, parceria com a comunidade, espírito de inovação, busca pela excelência e respeito às diferenças.” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2009).

Os objetivos específicos desse são:

- Assessorar e monitorar os diversos setores da Universidade, incluindo pró-reitorias, superintendências e órgãos de assessoramento, nos aspectos relativos à pessoa com deficiência, buscando a inserção dos temas Deficiência, Acessibilidade e Inclusão em seus planos de trabalho;
- Sensibilizar e capacitar docentes e funcionários técnico-administrativos para a atenção às necessidades de pessoas com deficiência, através de ações inclusivas;
- Assessorar as coordenações de curso que já possuem estudantes com deficiência e outros transtornos, no que se refira à acessibilidade arquitetônica/urbanística, metodológica, comunicacional, instrumental, programática ou atitudinal, com orientações quanto à melhor forma de atender às necessidades dos estudantes quer através da compra de equipamentos, treinamento de leitor/copista, ou outros;
- Sensibilizar coordenadores de curso, diretores de unidades e chefes de departamentos para a importância da inclusão do tema “deficiência” em seus cursos, quer na área de ensino, pesquisa ou extensão;
- Estabelecer parcerias com Organizações Governamentais e Não-Governamentais que atuem em ações conjuntas com o DAIS-UFF;
- Divulgar e trocar experiências nos principais eventos internos e externos à Universidade, através de ações e intervenções realizadas na em relação a pessoas com deficiência. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2009).

Dentre algumas melhorias quanto à acessibilidade ocorridas nos campus da UFF seguem: caminhos acessíveis entre prédios e o bandeirão, banheiros adequados nos prédios novos, acesso a equipamentos de tecnologia assistiva (monitores leitores, além do apoio técnico para o uso de equipamentos como thermoform, lupa eletrônica, impressora Braille e de relevos) e intérpretes de Libras.

8 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFF

A acessibilidade arquitetônica é essencial para proporcionar o acesso autônomo, seguro e confortável às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida aos prédios públicos.

Nessa seção serão apresentados e analisados os resultados obtidos na Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas no que diz respeito ao entorno da BAU, a entrada e seus espaços internos.

A biblioteca está localizada no Casarão da Arquitetura, prédio o qual também funciona algumas salas de aula no andar térreo, e no segundo andar se encontra a Secretaria e Coordenação da Escola de Arquitetura e Urbanismo, além do Departamento de Arquitetura e o Departamento de Urbanismo.

Nessa área, diariamente, circulam grande quantidade de pessoas, muitos estudantes da Universidade, bem como existe grande quantidade de veículos de transporte pessoal e coletivo.

A verificação do entorno da área onde a BAU está situada é essencial para averiguar se existem condições adequadas para acesso de pessoas com suas diferentes características e limitações. Um entorno acessível garante que pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida possam acessar, com segurança e autonomia, os espaços urbanos. O entorno da biblioteca abrange tanto o transporte público que atende a região, como o calçamento das vias públicas que fazem imediação com o Campus, constituindo-se em fator fundamental para permitir a acessibilidade.

No quadro 2 - Entorno da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, no que tange ao transporte público, passeios urbanos e rotas acessíveis.

QUADRO 2 – ANÁLISE DO ENTORNO DA BIBLIOTECA.

Entorno da Biblioteca	
1.1 O transporte público no entorno da biblioteca é acessível?	S
1.2 O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos?	P
1.3 Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?	N
1.4 As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?	P
1.5 A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?	P
1.6 Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal?	N/A

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O item 1.1, que trata do transporte público no entorno da biblioteca ser acessível ou não, teve resposta positiva, que pode ser verificada na Fotografia 1. O sistema de transporte público coletivo que atende a região onde o Campus da Praia Vermelha está localizado é composto por cerca de três linhas de ônibus, dentre as quais, são 100% acessíveis.



Fotografia 1 – Ônibus acessível que atende ao Campus da Praia Vermelha.
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Um transporte coletivo, para ser considerado acessível, deve sofrer adaptações necessárias para atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. De acordo com as especificações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) a adaptação de acessibilidade é a “modificação realizada no veículo destinado ao transporte coletivo rodoviário, urbano e seletivo de passageiros para torná-lo acessível à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, garantida por meio do conjunto de adaptações”. Dessa forma, o transporte coletivo na região atende a demanda dos usuários de forma adequada.

O percurso entre o ponto de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada das bibliotecas deve ser livre de obstáculos, permitindo um deslocamento seguro e confortável de todos, principalmente daqueles que possuem dificuldades de locomoção como usuários de cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida.

Observa-se que existem diversas barreiras como calçadas irregulares, esburacadas, que causam trepidação e instabilidade em usuários de cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida, conforme apresentado abaixo na Fotografia 2. Além da faixa de pedestres desgastada pelo tempo, conforme Fotografia 3 abaixo.



Fotografia 2 – Calçamento irregular da Rua Passo da Pátria.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).



Fotografia 3 – Faixa de pedestre em frente à entrada do Campus da Praia Vermelha.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na Rua Passo da Pátria (rua onde se localiza a entrada do campus), o calçamento do ponto de embarque/desembarque das paradas de ônibus é muito irregular, as calçadas são esburacadas, dificultando o deslocamento de todos, principalmente, daqueles que possuem deficiência física e/ou mobilidade reduzida, uma vez que o piso constitui-se fator fundamental para que pessoas em cadeiras de rodas ou outros dispositivos de mobilidade como bengalas, muletas, possam se realizar o trajeto com segurança. A falta de manutenção nas vias urbanas é a principal causa da falta de acessibilidade a pessoas com deficiência física no espaço urbano.

O calçamento dentro do Campus apresenta irregularidades, como paralelepípedos e pedras soltas que prejudicam o deslocamento seguro e confortável, trazendo desconforto no trajeto de pessoas com mobilidade reduzida e usuários de cadeiras de rodas, conforme mostrado abaixo na Fotografia 4.



Fotografia 4 – Calçamento irregular do Campus da Praia Vermelha.
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Existem faixas de segurança localizadas na Rua Passo da Pátria, inclusive em frente à entrada do Campus. As faixas de segurança apresentam rebaixamento adequado para travessia de usuários de cadeiras de rodas. Entretanto, alguns problemas foram ressaltados, como por exemplo, a falta de sinalização sonora nas faixas de segurança, item este, fundamental para o deslocamento seguro de pessoas com necessidades especiais. Segue abaixo apresentado na Fotografia 5.



Fotografia 5 – Rampa de acesso em frente à entrada do Campus da Praia Vermelha.
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No acesso ao quarteirão do Campus da Praia Vermelha, onde a BAU está localizada são encontrados trechos nas vias urbanas com diversas irregularidades, com buracos e pedras soltas, condições inadequadas para deslocamento de usuários de cadeira de rodas. Não existe uma rota acessível à biblioteca, que permita o trajeto seguro, autônomo e confortável dessas pessoas.

Outro entrave identificado no acesso à biblioteca a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, é a existência de obstáculos arquitetônicos que impedem o acesso ao prédio. Há uma escada na entrada do prédio e não existem rampas que permitam a acessibilidade, conforme ilustrado na Fotografia 6.



Fotografia 6 – Entrada do prédio onde se encontra a biblioteca.
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Outro obstáculo encontrado no entorno do prédio onde se encontra a BAU é a inexistência de vagas para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, que são entraves ao deslocamento de usuários de cadeiras de rodas e pessoas que fazem uso de dispositivos de auxílio à mobilidade como bengalas, andadores entre outros, aumentando assim, a distância entre o estacionamento e o prédio.

No quadro 3 – Entrada da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, no que se refere à acessibilidade na entrada da biblioteca.

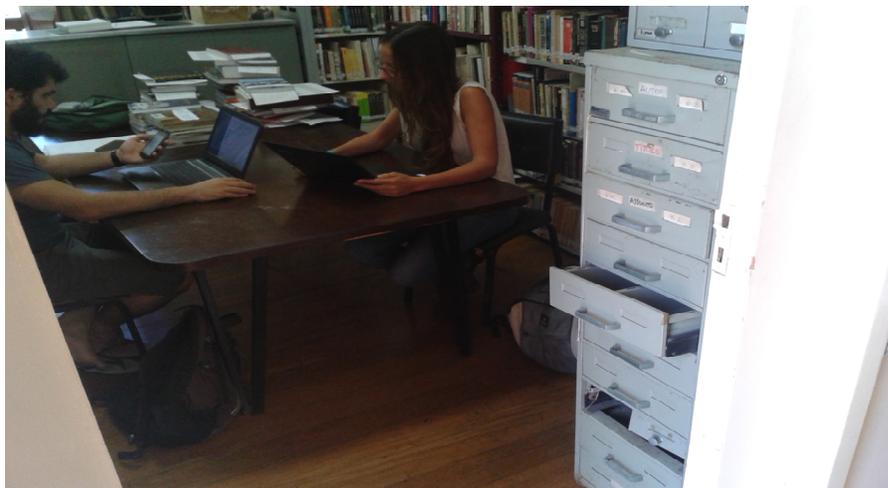
QUADRO 3 – ANÁLISE DA ENTRADA DA BIBLIOTECA

Entrada da Biblioteca	
1.1 Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?	N
1.2 Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?	N/A
1.3 A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?	N
1.4 A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)?	S
1.5 As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9).	S
1.6 As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	S
1.7 As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	S

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em relação à entrada da biblioteca, foram analisadas as condições de acessibilidade arquitetônica do prédio a pessoas com limitações físicas e dificuldades de locomoção, como existência de degraus ou escadas, rampas de acesso, ou qualquer outro tipo de obstáculo que impedisse ou dificultasse o acesso à biblioteca.

O acesso à biblioteca propriamente dita é feito através de uma porta com dimensões de 0,80m de largura por 2,10m de altura, não possuindo vão livre adequado à passagem de usuários de cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida. A porta possui maçaneta do tipo alavanca, que é considerada acessível, uma vez que permite à abertura com um único movimento. Segue na Fotografia 7 segue a porta de entrada da BAU.



Fotografia 7 – Entrada da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O maior obstáculo observado para se acessar a BAU está relacionado à construção do prédio onde está localizada a biblioteca, que não atende aos padrões de Acessibilidade, tornando a biblioteca um local de difícil acesso para as pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida por apresentar obstáculos arquitetônicos como escadas, sem rampas de acesso às pessoas com deficiências. O recomendado pela norma técnica NBR9050/2015 (p.52) é que degraus e escadas fixas em rotas acessíveis sejam associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical, possibilitando o acesso de pessoas com deficiência aos espaços.

Segundo a norma técnica NBR9050/2015, a largura das rampas deve ser estabelecida segundo o fluxo de pessoas no local, sendo a largura mínima livre admissível 1,20m e recomendável 1,50m. No entanto, ainda segundo a NBR9050/2015 (p.51), em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou adaptação da largura das rampas for impraticável, podem ser executadas rampas com largura mínima de 0,90m com segmentos de no máximo 4,00m, medidos na sua projeção horizontal.

No Quadro 4 – Espaços internos da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, no que se refere à acessibilidade aos espaços internos da BAU a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

QUADRO 4 – ANÁLISES DOS ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA

Espaços internos da Biblioteca	
1.1 Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?	N
1.2 A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vão-vem, por exemplo?	N
1.3 Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?	N
1.4 A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?	N
1.5 A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?	N
1.6 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?	N
1.7 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?	N
1.8 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?	N
1.9 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?	N
1.10 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?	N
1.11 O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.?	N
1.12 As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?	N
1.13 A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m?	S

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na BAU, a organização dos espaços não é claramente perceptível, visto que, os espaços internos da biblioteca são pequenos. Não há desníveis no piso, não sendo necessárias rampas de acesso. O piso é inadequado para circulação de pessoas com deficiência física, por se tratar de tábuas corridas de madeira e não ser antiderrapante sob quaisquer condições.

Disponibiliza área livre para circulação de largura que variam entre 0,56m a 1,10m, não estando em conformidade com os padrões de acessibilidade, que estabelecem que a área para circulação de uma pessoa seja de no mínimo 1,20m. Dessa forma, a área para circulação de duas pessoas, também, não está adequada, uma vez que o mínimo exigido pela NBR9050/2015 é de 1,80m.

A área livre para manobra de 90° de pessoas em cadeira de rodas, sem deslocamento, deve ser se 1,20m por 1,20m, de acordo com o estabelecido na NBR9050/2015, conforme ilustrado abaixo na Figura 1. E confirma-se que não é atendido pela biblioteca que possui no máximo 1,00m por 0,90m. A área livre para manobra, sem deslocamento, de pessoa em cadeira de rodas com rotação de 180° deve ser possui o mínimo de 1,50m x 1,20m, condição não atendida pela biblioteca.

Para realização de manobra, sem deslocamento, com rotação de 360° deve ser disponibilizado um espaço que possui, no mínimo, 1,50m de diâmetro, o que não é atendido pela BAU, que disponibiliza um espaço de apenas 1,10m em seu corredor principal de acesso ao acervo e apresenta larguras entre estantes variando de 0,56m até 1,10m, impossibilitando manobras de deslocamento de usuários de cadeiras de rodas e dificultando acesso de pessoas usuárias de dispositivos de auxílio à mobilidade como muletas e bengalas, que exigem um espaço mínimo de 0,75m (uma bengala) a 1,20m (duas muletas), segundo recomendado na NBR9050/2015, conforme ilustrado abaixo na Figura 3.

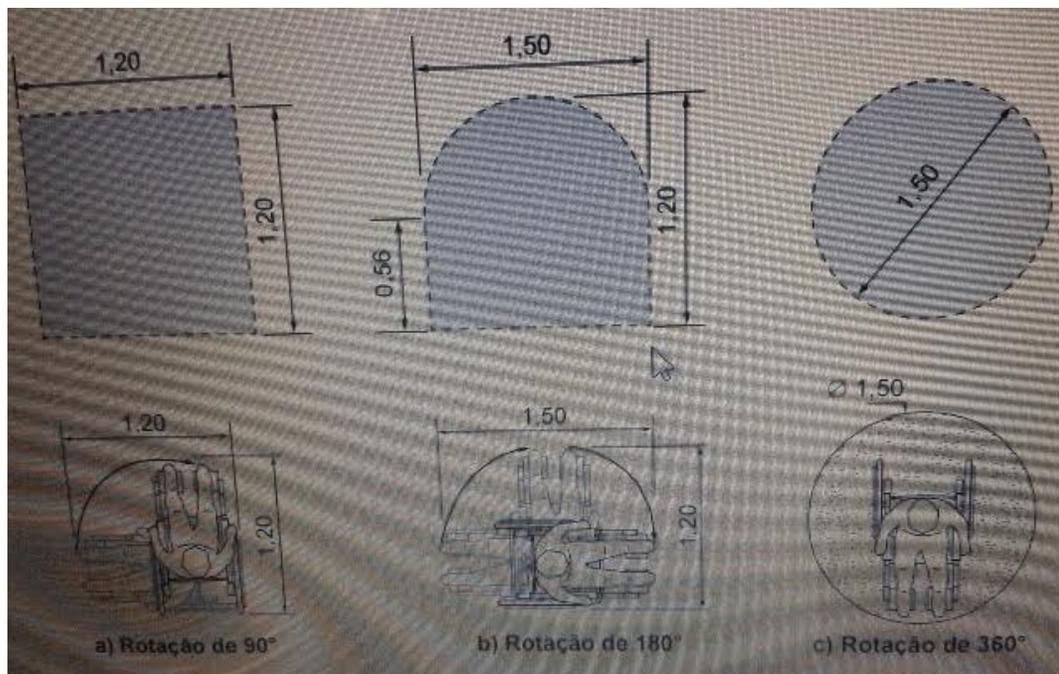


FIGURA 1 – ÁREA PARA MANOBRA DE CADEIRANTES, SEM DESLOCAMENTO.

Fonte: NBR9050/2015.

A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° não possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída) estabelecidos na NBR9050/2015, conforme ilustrado abaixo na Figura 2. A largura da área para manobra com deslocamento é de no máximo 1,10m (largura entre estantes dos livros), não permitindo que usuários de cadeira de rodas realizem essa manobra, nem a manobra de deslocamento de 180°, por não possuir espaço adequado para isso.

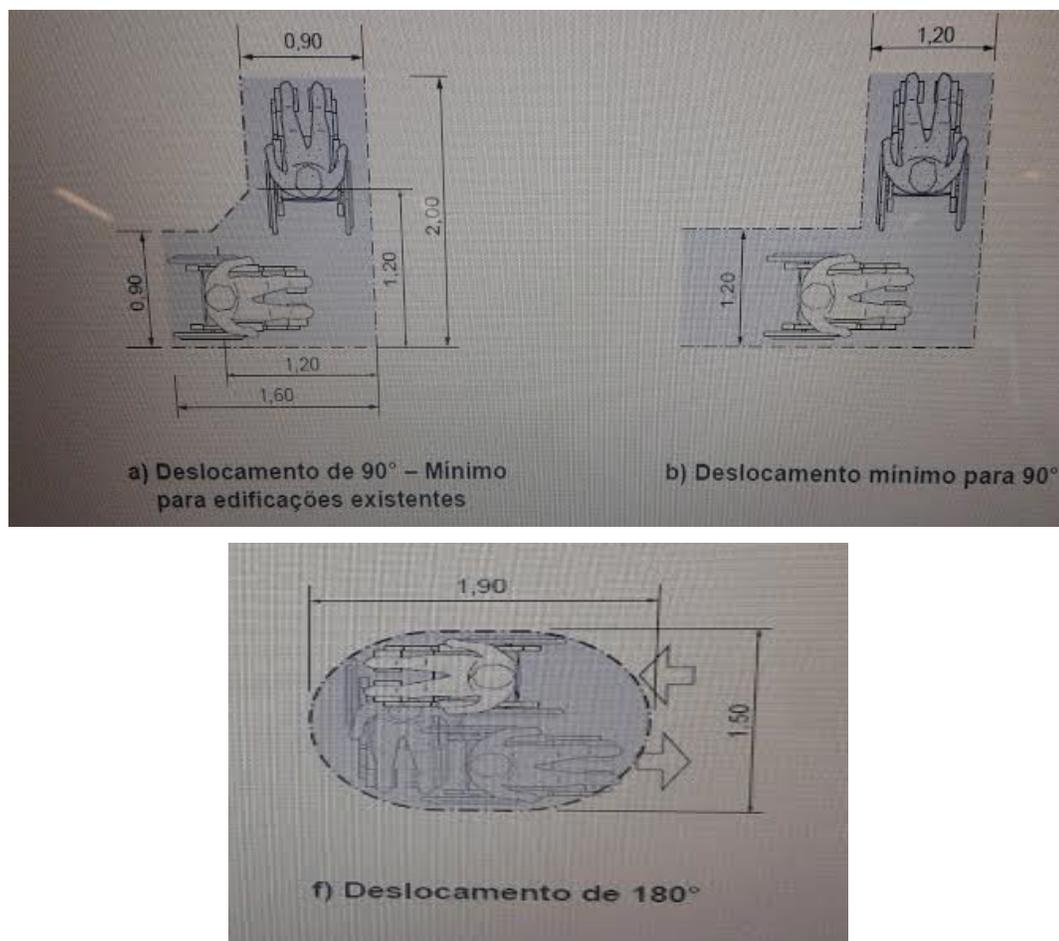


FIGURA 2 – ÁREA PARA MANOBRA DE 90° E 180°, COM DESLOCAMENTO.

Fonte: NBR9050/2015.



FIGURA 3 – DIMENSÕES REFERENCIAIS PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAS EM PÉ.

Fonte: NBR9050/2015.

O leiaute das bibliotecas e de estantes de livros não considera a diversidade de pessoas com suas diferentes características, uma vez que a altura e as dimensões dos espaços internos prejudicam a utilização de pessoas com deficiência física, bem como aquelas que possuem baixa estatura.

A altura dos armários guarda volumes mais baixos é de 0,45m, conforme a Fotografia 8, estando em conformidade com a NBR9050/2015, que estabelece como padrão a altura de 0,40m a 1,20m do chão.



Fotografia 8 – Guarda-volumes da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No entanto, as estantes de livros possuem 2,00m de altura, dificultando ou mesmo inviabilizando que usuários de cadeira de rodas e pessoas com baixa estatura retirem os livros das últimas prateleiras. O correto para permitir a acessibilidade são estantes com até 1,20m de altura, permitindo a visualização dos livros nas prateleiras mais altas e possibilitando sua retirada, sem dificuldade.

No Quadro 5 - Pisos da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, no que se refere à acessibilidade proporcionada pelos pisos das bibliotecas.

QUADRO 5 – ANÁLISE DOS PISOS DA BIBLIOTECA

Pisos da Biblioteca	
1.1 Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?	S
1.2 O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).	N
1.3 A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2015).	N/A
1.4 A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?	N/A
1.5 Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis).	N/A

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No que tange ao piso, a BAU apresenta piso adequado ao deslocamento de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, superfície regular, firme e estável, no entanto, não são antiderrapantes, podendo causar algum acidente mediante adversidades, tais como: pequenas gotas, acúmulo de pó, ou limpeza com água ou cera, visto que o piso é de madeira lisa, popularmente conhecida como tábuas de correr, conforme apresentado na Fotografia 9.

Dessa forma, a BAU apresenta entraves ao deslocamento seguro e confortável das pessoas com deficiências físicas, devendo adequar-se os espaços internos as normas de acessibilidade.



Fotografia 9 – Piso da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Em relação aos capachos, tapetes, carpetes e forrações, a BAU não apresenta tapetes tanto na entrada das edificações como na entrada da biblioteca propriamente dita.

No Quadro 6 – Corredores da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, em relação à acessibilidade proporcionada pelos corredores das bibliotecas.

QUADRO 6 – ANÁLISE DOS CORREDORES DA BIBLIOTECA

Corredores da Biblioteca	
1.1 Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90m?	N
1.2 Os corredores de uso comum com extensão de até 10,0m apresentam largura mínima de 1,20m?	N
1.3 Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,0m apresentam largura mínima de 1,50m?	N/A

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em relação aos corredores para circulação interna das bibliotecas, os mesmos devem ser dimensionados seguindo o fluxo de pessoas, assegurado faixa livre de barreiras ou

obstáculos. Segundo a norma técnica NBR9050/2015, os corredores e os equipamentos urbanos devem apresentar larguras mínimas para circulação, corredores de uso comum que possuam extensão de até 4m, devem disponibilizar de 0,90m de largura; corredores que possuam até 10m de comprimento, devem possuir largura de 1,20m; corredores com extensão superior a 10m devem possuir largura de 1,50 m.

A BAU possui corredores parcialmente dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, no entanto, os espaços poderiam ser organizados de forma mais clara e oferecendo mais conforto para utilização de diferentes tipos de usuários, com ou sem deficiência. Os corredores da BAU são bastante estreitos, possuindo largura de 0,95m, quando o ideal seria de, no mínimo, 1,20m para corredores de até 10m de comprimento, o qual se enquadra ao espaço da BAU.

Segue abaixo na Fotografia 10 o corredor do interior da BAU.



Fotografia 10 – Corredor da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os corredores apresentam larguras entre estantes que variam entre 0,56m a 0,80m, possuindo, em torno de 4,0m de comprimento, não estando em conformidade com o estabelecido na norma técnica NBR9050/2015, que orienta que o mínimo é 0,90m.

No Quadro 7 – Sanitários da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em

Bibliotecas, em relação à acessibilidade dos sanitários das bibliotecas e das edificações onde estão localizadas.

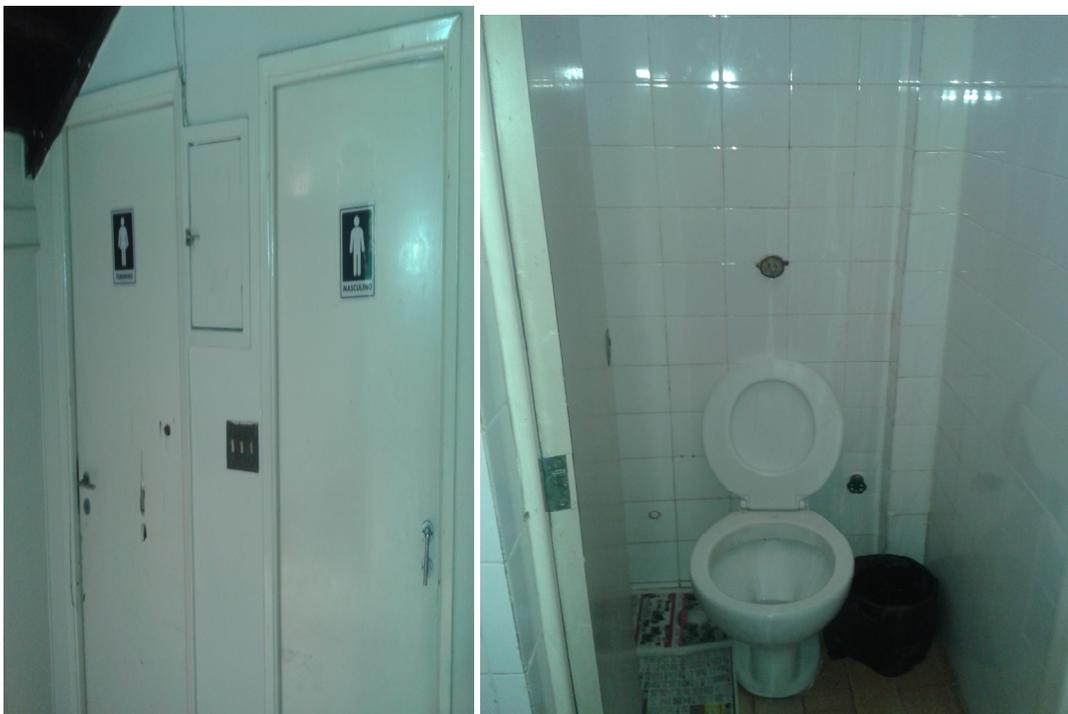
QUADRO 7 – ANÁLISE DOS SANITÁRIOS DA BIBLIOTECA

Sanitários da Biblioteca	
1.1 Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?	N
1.2 O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?	N/A
1.3 O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?	N/A

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O prédio onde se encontra a BAU existe sanitário no mesmo andar (térreo) onde se encontra a biblioteca, porém ele não é acessível. O mesmo não dispõe das condições adequadas para acesso de pessoas com deficiência física, uma vez que existe um corredor de acesso a esse banheiro, com largura de apenas 0,70m, dificultando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, bem como as manobras de deslocamento necessárias ao acesso de pessoas em cadeiras de rodas.

Além disso, a porta do banheiro possui largura de 0,65m e a largura da porta da cabine individual possui 0,56m, caracterizando-se totalmente inadequada à acessibilidade. Banheiros acessíveis devem ser localizados em rotas acessíveis, segundo a norma técnica NBR9050/2015, ou seja, sem barreiras que impeçam ou dificultem seu acesso. Segue na Fotografia 11 a porta de entrada do sanitário da BAU e a cabine individual que atende aos usuários.



Fotografia 11 – Sanitário que atende a biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os lavatórios devem proporcionar acessibilidade a pessoas com deficiências e/ou com mobilidade reduzida, possuindo módulo de aproximação frontal de 0,80m de largura por 1,20m, possibilitando o avanço frontal de usuários de cadeira de rodas em até 0,25m sob o lavatório. Conforme a norma técnica NBR9050/2015, a altura recomendável é de 0,78m a 0,80m do piso acabado, com altura livre mínima e 0,73m na sua parte inferior frontal.

O lavatório do banheiro que atende aos usuários da BAU possui altura de 0,85m, dessa forma, não possui altura recomendada pra proporcionar a aproximação frontal de usuários de cadeira de rodas, bem como não oferece as condições necessárias de acesso confortável. A torneira não possui acionamento automático, que seria o ideal para acessibilidade de todos, também, os acessórios sanitários como as papeleiras não apresentam condições adequadas.

De acordo com a norma técnica NBR9050/2015, acessórios para sanitários como cabides, saboneteiras e toalheiros, devem possuir área de utilização dentro da faixa de alcance confortável para utilização, ou seja, devem estar a 0,80m até 1,20m do piso. O que não ocorre no sanitário do prédio.

A Fotografia 12 apresenta o lavatório do sanitário que atende aos usuários da BAU.



Fotografia 12 – Lavatório do sanitário que atende a biblioteca.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Segundo a norma técnica NBR9050/2015, sanitários acessíveis devem estar localizados em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, de preferência devem situar-se próximos ou integrados às outras instalações sanitárias, com sinalização adequada.

9 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NA BIBLIOTECA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFF

Um espaço livre de barreiras ambientais e/ou físicas proporciona o acesso igualitário e contribui para a integração das pessoas com deficiências na sociedade.

Nessa seção são apresentados e analisados os resultados obtidos na Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas no que tange a acessibilidade do mobiliário e dos equipamentos da BAU, ou seja, o balcão de atendimento aos usuários, as mesas e superfícies para leitura, trabalho e/ou estudo e as estantes das bibliotecas.

No Quadro 8 – Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, em relação à acessibilidade do balcão de atendimento aos usuários.

QUADRO 8 – ANÁLISE DO BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA

Balcão de atendimento da Biblioteca	
1.1 O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?	N
1.2 No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?	N
1.3 O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).	N

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O balcão de atendimento configura-se como item indispensável na promoção de acessibilidade em biblioteca, uma vez que é nesse local que ocorre a interação usuário-

bibliotecário, contribuindo para que as barreiras atitudinais/comportamentais também sejam removidas.

A norma técnica NBR9050/2015 estabelece que o balcão de atendimento apresente um módulo de referência (Figura 4) para propiciar a aproximação frontal ao balcão por usuários em cadeiras de rodas. As medidas do módulo devem ser de altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, bem como profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para que possa ocorrer à aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas, o que não é atendido pela BAU.

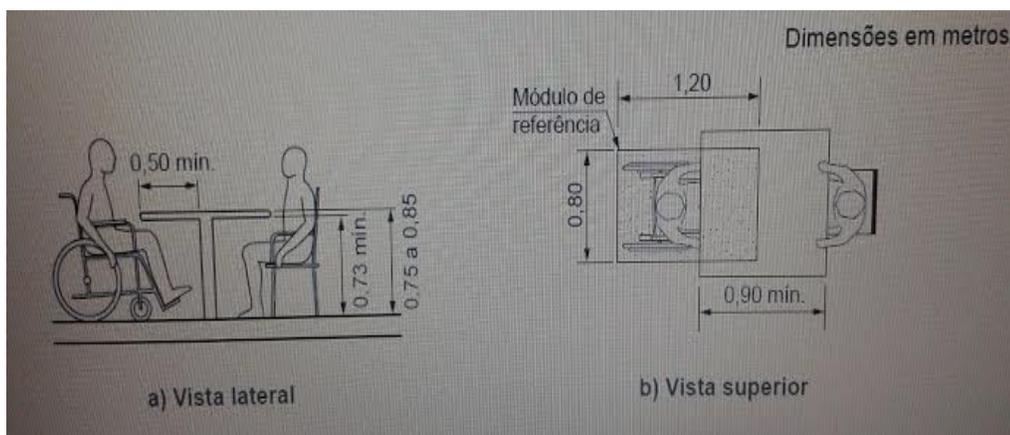


FIGURA 4 – EXEMPLO DE BALCÃO DE ATENDIMENTO (VISTA LATERAL E SUPERIOR).

Fonte: NBR9050/2015.

Na BAU, o balcão de atendimento possui uma altura, de aproximadamente 1,20 m do piso, não possibilitando o contato visual de usuários de cadeira de rodas ou com baixa estatura e o bibliotecário ou auxiliar da biblioteca, prejudicando a interação entre usuário-bibliotecário. Não existe módulo de referência para aproximação frontal de usuários de cadeira de rodas, estando fora dos padrões de acessibilidade recomendados para balcões de atendimento em bibliotecas. A Fotografia 13 abaixo apresenta o balcão de atendimento aos usuários da BAU.



Fotografia 13 – Balcão de atendimento aos usuários da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O módulo de aproximação é fundamental para permitir que usuários de cadeira de rodas utilizem os serviços da biblioteca como empréstimo com igualdade de condições.

No Quadro 9 - Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, em relação à acessibilidade a mesas ou superfícies de trabalho, leitura e/ou estudo na biblioteca.

**QUADRO 9 – ANÁLISE DAS MESAS PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO
DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA**

Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca	
1.1 No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?	P
1.2 As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?	N
1.3 Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	N
1.4 As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).	S
1.5 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	N
1.6 Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?	N

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No que tange as mesas e superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo nas bibliotecas, a norma técnica NBR9050/2015 estabelece parâmetros técnicos a serem observados para garantia de acessibilidade a esse tipo de mobiliário. No entorno das mesas é necessário que haja uma faixa de circulação de, no mínimo, 0,90m para possibilitar o acesso às mesas.

Na BAU existe a possibilidade de circulação entre alguns mobiliários, garantindo o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida a algumas mesas e superfícies de estudo. Todavia, em algumas outras mesas de estudo e terminais de acesso à internet, a aproximação é dificultada, pela disposição do mobiliário não ter sido adequada,

deixando a distância entre as mesas de estudo muito reduzidas. Inclusive a mesa onde existe um computador para consulta à base bibliográfica, sendo o espaço mínimo recomendado pela norma técnica NBR9050/2015 de 0,90m.

E também próximas a alguns módulos de estantes que se encontram mal distribuídas devido a recomendações do setor de engenharia do campus. Tal recomendação é devido ao peso da estante em relação ao piso, visto que o prédio possui um porão abaixo da biblioteca.

As mesas de estudos da BAU não permitem a aproximação completa de pessoas em cadeiras de rodas, por possuírem mesas com altura de 0,69m do piso e conseqüentemente não permitindo o avanço sob as mesas ou superfícies, pois a norma técnica recomenda 0,80m.

Na Fotografia 14 segue algumas mesas de estudos dos usuários da BAU.



Fotografia 14 – Mesa de estudos dos usuários da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A BAU também possui cadeiras flexíveis ao deslocamento, estando adequadas para utilização por usuários em cadeiras de rodas.

No Quadro 10 - Estantes da Biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, em relação às estantes da biblioteca.

QUADRO 10 – ANÁLISE DAS ESTANTES DA BIBLIOTECA

Estantes da Biblioteca	
1.1 As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).	N
1.2 Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).	N/A
1.3 A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?	N

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

As estantes de livros devem possuir distância mínima entre elas de 0,90m, sendo considerada adequada à distância de 1,80m por proporcionar o acesso simultâneo de usuários de cadeira de rodas. Para que eles possam realizar manobra de deslocamento de 180° é necessário um espaço a cada 15m entre as estantes de, no mínimo, 1,50m de largura por 1,90m de profundidade, conforme ilustrado na Figura 5.

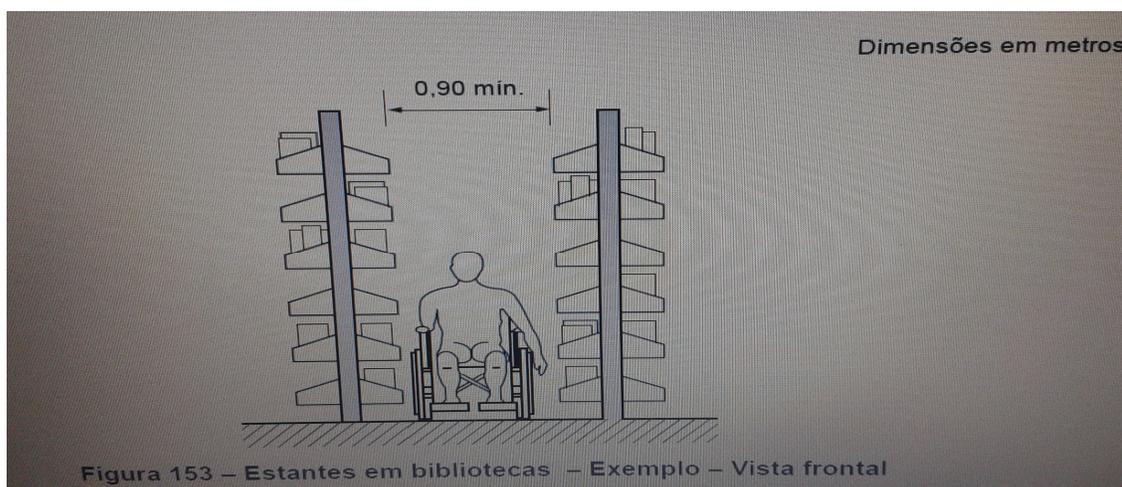


FIGURA 5 – DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE ESTANTES EM BIBLIOTECAS

Fonte: NBR9050/2015.

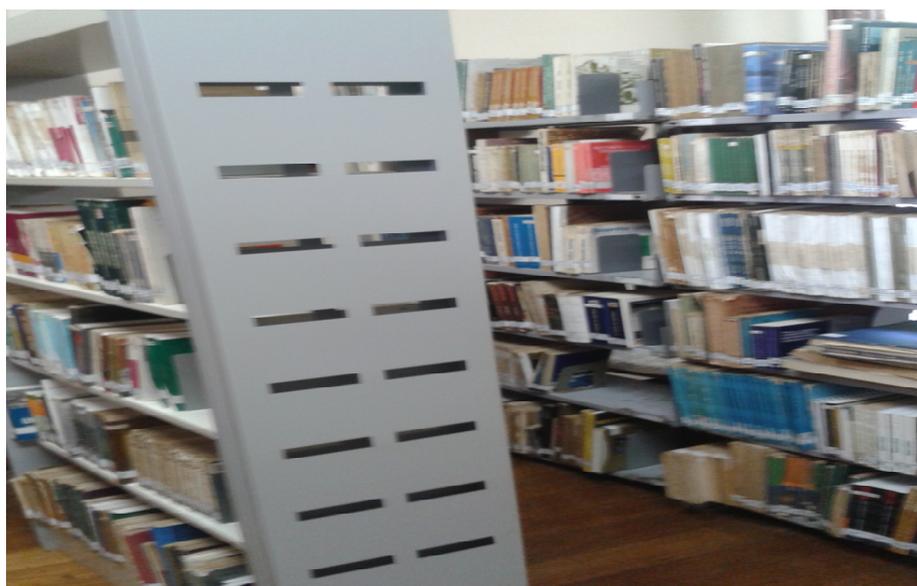
A BAU apresenta largura entre estantes variável de 0,56m a 0,90m, possuindo altura de 2m, sendo considerada uma altura muito elevada para todos os usuários, mas

principalmente para alcance de pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura. Abaixo segue imagem de espaçamento entre as estantes da BAU nas Fotografias 15 e 16.



Fotografia 15 – Espaçamento entre as estantes da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).



Fotografia 16 – Espaçamento entre as estantes da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os corredores entre estantes de livros são itens essenciais para permitir que as pessoas com deficiências físicas e/ou com mobilidade reduzida possam acessar o acervo das

bibliotecas. A distância adequada entre estantes é primordial para que uma pessoa em cadeira de rodas ou que faça uso de algum tipo de dispositivo que auxilie a mobilidade possa circular na área do acervo, com autonomia. Já a altura adequada das estantes é responsável por permitir que pessoas com diferentes características como baixa estatura, por exemplo, e usuários de cadeira de rodas, tenham autonomia para retirar os materiais que desejem, sem necessitar da ajuda da equipe da biblioteca para pegá-los das estantes mais altas.

10 CONCLUSÃO

A pesquisa, que se tratou da acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias para pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade reduzida, estudou pelo método exploratório o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU) da Universidade Federal Fluminense com o objetivo de avaliar as suas condições de acessibilidade arquitetônica, tendo como base o que é um prédio modelar quanto à acessibilidade, a partir das determinações da norma técnica NBR 9050 e outras vigentes, visando a melhor inclusão dos alunos.

Como resultado intermediário, desenvolveu um instrumento para a avaliação qualitativa da acessibilidade arquitetônica por indicadores de acessibilidade física. Concluiu-se pelos resultados da aplicação que as pessoas com deficiências físicas enfrentam diversas barreiras para acessarem essa biblioteca, que está localizada no Campus da Praia Vermelha em Niterói, tanto barreiras externas como internas.

O primeiro obstáculo enfrentado por uma pessoa com deficiência física diz respeito ao deslocamento até o Campus com as vias com calçamentos irregulares, que dificultam o deslocamento de usuários de cadeiras de rodas. A entrada e entorno do Campus possui muitos trechos esburacados, que necessitam de melhorias.

A pessoa com deficiência física que utiliza carro como meio de transporte se depara com um obstáculo em relação ao estacionamento do Campus, o qual não disponibiliza vagas exclusivas para pessoas com deficiência física, o que obriga o usuário de cadeira de rodas a realizar um caminho mais longo para chegar ao prédio da BAU. Além disso, o calçamento do estacionamento possui muitas irregularidades como pedras soltas, buracos no pavimento, que prejudicam o deslocamento seguro de pessoas com deficiência física, causando instabilidade e insegurança.

Já em relação ao acesso ao prédio da biblioteca, as pessoas com deficiência física enfrentam barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam o acesso, como a escada de acesso ao prédio, onde a biblioteca está localizada. Essa barreira é o fator responsável pela exclusão de usuários de cadeiras de rodas ou pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que não existem rampas de acesso ao prédio.

É preciso que essas barreiras arquitetônicas sejam eliminadas, permitindo que todos utilizem os espaços universitários. A construção de uma rampa de acesso ao prédio da biblioteca é fundamental, uma vez que a lei exige que prédios públicos sejam acessíveis.

No que tange o interior da BAU, a análise apresentou entraves à acessibilidade. A BAU possui como principais problemas a falta de espaçamento adequado à circulação de

usuários de cadeiras de rodas entre as estantes, bem como a altura elevada das estantes, que impede a visualização dos livros das últimas prateleiras por usuários de cadeiras de rodas e pessoas com baixa estatura. Também apresenta um balcão que não segue às normas de acessibilidade, não existindo módulo de referência que permita a aproximação de usuários de cadeiras de rodas e altura recomendada, item essencial para acessibilidade, uma vez que o balcão de atendimento é o local onde ocorre a interação usuário-bibliotecário.

Se o usuário não puder nem ao menos aproximar-se do balcão, acabará por sentir-se excluído, não perceberá o acolhimento necessário para retornar à biblioteca. Dessa forma, se uma pessoa em cadeira de rodas ou com baixa estatura necessitar de um material que esteja em uma prateleira mais elevada precisará pedir ajuda para equipe da biblioteca, ou seja, perderá a autonomia para realizar essa atividade.

Dessa forma, existem barreiras tanto físicas como dos mobiliários e equipamentos das bibliotecas que deverão ser removidas a fim de que os espaços tornem-se acessíveis a todos. A eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a circulação e o acesso aos prédios públicos é prevista na legislação; no entanto, a lei nem sempre é cumprida. Cabe ao poder público intervir para que a acessibilidade a prédios públicos seja regra, não exceção.

A criação do Instrumento de Indicadores de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas visa proporcionar um parâmetro para diagnóstico de acessibilidade no que tange às bibliotecas universitárias, podendo ser utilizado como instrumento referencial para análise dessas condições em outras bibliotecas.

Um dos maiores desafios da educação tem sido o de colocar em prática o princípio da inclusão, reconhecendo a necessidade e o direito dos alunos com deficiência, sendo o entrave ao ingresso e à permanência no ensino superior o primeiro a ser encarado. As políticas públicas de ações afirmativas estabelecidas pelo governo tentam reduzir dificuldades, tendendo garantir a igualdade na relação entre estudantes e meio acadêmico.

É fato que o aumento do número de alunos inscritos no ensino superior e com condições de inclusão são dados fundamentais para a consolidação da democracia. Nessa conjuntura, a pesquisa teve como consolidado que a educação é um direito de todos e que garantir o cumprimento desse direito depende do esforço de cada instituição no desenvolvimento de ações inclusivas. Para o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior, se faz essencial que sejam garantidas condições facilitadoras, entre elas a adequações de bibliotecas, pois estas realizam papel primordial no processo educativo do aluno ao oferecer-lhe informações para que tenha um bom desempenho profissional, e até mesmo acadêmico, na sociedade atual.

O que ocorre são forças isoladas que lutam contra esse sistema excludente e o direito à educação inclusiva passa a ser uma arma não violenta de reivindicação. O processo de construção dos direitos humanos dos alunos com deficiência não começa somente com a legalidade de textos, mas, sobretudo, com a legitimidade de ações de pessoas e grupos que impulsionam a mudança e a implementação da legislação.

A efetivação dos anseios e expectativas dos alunos com deficiências ao entrarem na universidade depende da superação de diversas barreiras, por meio da implantação de ações concretas que envolvam toda a comunidade acadêmica. É fato que as políticas públicas podem colaborar para assegurar direitos e deveres, entretanto não são garantias para a concretização da inclusão, o que só ocorre se tiver o envolvimento de pessoas engajadas na transformação de pensamentos e estruturas.

Dessa forma, a análise de uma política institucional inclusiva, justifica-se por ser um desafio de construção de uma temática pouco trabalhada e com produção acadêmica limitada, cuja percepção poderá trazer desdobramentos.

Hoje em dia, existem programas do Governo Federal que incentivam a Acessibilidade em todos os âmbitos, como é o caso do Programa Sensibiliza UFF, que realiza ações para acessibilidade e faz o acompanhamento de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) durante sua vida acadêmica, visando garantir que possam seguir seus estudos, com os recursos de que necessitam. Então, cabe ao bibliotecário, junto à Instituição de Ensino da qual faz parte a biblioteca universitária, realizar ações de promoção da acessibilidade e inclusão.

Destaca-se a importância desta pesquisa, por ter buscado os problemas e a política institucional da UFF para possíveis mudanças nos ambientes das bibliotecas, o que se apresentou como motivador para a continuidade deste trabalho. Além de apresentar um Instrumento de Indicador de Avaliação que poderá servir de base para a aplicação da acessibilidade na própria biblioteca avaliada (BAU) como também em outras bibliotecas universitárias, sendo elas da mesma instituição ou não.

Se faz necessário a consolidação do Sensibiliza UFF nas bibliotecas para se fazer cumprir o direito dos alunos com deficiência na BAU e em toda a rede de bibliotecas da instituição, bem como modificar as condições adversas e favorecer a permanência desses alunos.

Observa-se, nessas pesquisas, uma predominância de estudos de impacto no campo da avaliação de políticas. Registra-se também, nesse referencial, uma carência de estudos em políticas inclusivas institucionais direcionadas às bibliotecas universitárias. Essa lacuna de

pesquisa é verificada tanto em teses e dissertações como em artigos científicos e trabalhos publicados em eventos.

No que diz respeito às legislações sobre inclusão, apresentam-se no levantamento como relevantes e esclarecedoras com relação a procedimentos necessários para a efetivação da inclusão no ensino superior. Com este trabalho, concluiu-se que as informações em relação aos estudantes com deficiência do Curso de Arquitetura e Urbanismo, assim como em toda a UFF, não são articuladas entre as unidades da instituição e a biblioteca. Nessa questão, a biblioteca só toma conhecimento quando o aluno se apresenta, o que sem dúvida colabora para a sua exclusão.

Sendo a biblioteca universitária parte do sistema educacional, é fundamental que ela vise à inclusão de todos por meio do acesso à educação. O acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, por isso, a função da biblioteca é tão importante. A biblioteca universitária deve propiciar que todos os indivíduos tenham acesso a informação, sejam eles pessoas com deficiências ou não, promovendo a equiparação de oportunidades.

Dessa maneira, constata-se que, no processo de construção da educação inclusiva nas universidades, as bibliotecas universitárias não podem ficar passíveis aos encaminhamentos rumo à implantação de uma política institucional inclusiva.

Na biblioteca universitária, considerando-se sua função na capacidade de cooperar para o desenvolvimento de toda a comunidade acadêmica, é dever do bibliotecário, promover mudanças, mediante políticas de não exclusão e implementação de legislações.

É fundamental para a formação de qualidade dos alunos com deficiência a atuação dos bibliotecários nas bibliotecas universitárias, respondendo ao desafio de garantir a acessibilidade a todos os alunos, seja adaptando o espaço físico, seja oferecendo apoio para acessar a informação em diferentes formatos etc.

O entendimento sobre a acessibilidade por parte do bibliotecário e de toda a sociedade é fundamental para que ocorra a inclusão social de pessoas com deficiência. Promover a acessibilidade em bibliotecas é propiciar a participação de todos, democratizando o acesso à informação. Então, o conceito de acessibilidade associa-se a integração desses indivíduos na sociedade. Contudo, visando à inclusão, não apenas à integração, espaços e recursos não devem ser criados exclusivamente para as pessoas com deficiências, uma vez que isso seria uma forma de discriminação. Os espaços e os equipamentos devem ser planejados seguindo preceitos do desenho universal, de forma a atender as especificidades da sociedade como um todo, e não somente às pessoas com deficiências.

Aos bibliotecários das bibliotecas é indispensável que conheçam e pratiquem a acessibilidade. Aos gestores das bibliotecas faz-se necessário conhecer os padrões de acessibilidade em bibliotecas, para terem a capacidade de identificar os obstáculos existentes nas unidades em que atuam, buscando formas de remoção dessas barreiras.

Sem dúvida, essas iniciativas contribuirão para a democratização do ensino superior e para a efetivação de investimentos de recursos públicos destinados a esses estudantes.

11 RECOMENDAÇÕES

A formação e capacitação dos bibliotecários para atendimento de pessoas com deficiência nas bibliotecas é de grande importância, uma vez que o bibliotecário necessita conhecer as necessidades desses indivíduos para proporcionar que a biblioteca em que atua torne-se acessível.

O bibliotecário deve conhecer a legislação e as normas referentes à acessibilidade, a fim de que seu conhecimento possa ser utilizado para tornar a biblioteca livre de barreiras, bem como conseguir subsídios junto à Instituição para ações e projetos de acessibilidade à educação por pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja deficiência física, visual, auditiva ou intelectual.

É preciso, também, que haja atualização constante dos bibliotecários sobre o assunto, em cursos de capacitação, sejam eles oferecidos pela Instituição da qual fazem parte ou externos a ela. O importante é que o bibliotecário tome consciência da responsabilidade social que possui, tornando acessível tantos os espaços como os recursos informacionais oferecidos pelas bibliotecas, e possuindo uma atitude acessível com todos, respeitando as diferenças, removendo barreiras comportamentais e atitudinais, além das físicas.

A atualização dos bibliotecários e da equipe da biblioteca é de suma importância, a fim de tornar a biblioteca universitária um local para todos, ou seja, universal.

REFERÊNCIAS

ANZOLIN, H. H.; SERMANN, L. I. Biblioteca universitária na era planetária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.

ARELARO, L.R.G.. Direitos sociais e política educacional: alguns ainda são mais iguais que outros. In: SILVA, S.; VIZIM, M. **Políticas públicas**: educação, tecnologia e pessoas com deficiência. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 12-25.

_____. **Desigualdade e direito à educação no Brasil**. São Paulo: UNESP, Faculdade de Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1132>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ATIQUE, M.; ZAHER, H. Educação inclusiva na educação superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: Conpedi, 2006. Disponível em: <www.publicadireito.com.br/conpedi/anais_manau.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Lex:** legislação federal e marginária, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 1999a. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181975>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 nov. 2000a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 out. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE-SIT, 2007.

_____. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/susp/arquivos/pdf/politica/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resumo técnico: censo da educação superior de 2009**. Brasília, DF: INEP 2010.

CAMBIAGLI, S. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: SENAC, 2007.

CARVALHO, J. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito a deficiência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262. 2002.

_____. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p.11-32. jan./abr. 2005.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias: um direito de todos**. 2009. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias e brasileiras**. São Paulo: Pioneira, 1980.

FERREZ, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

FIALHO, S.; SILVA, D. de O. Informação e conhecimentos acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.153-168, jan/mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S141399362012000100009&pid=S1413-99362012000100009&pdf_path=pci/v17n1/a09v17n1.pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2016.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de política: um quadro de referência teórica. **Análise & conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

_____. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

GOHN, M. G. Os conselhos de educação e a reforma do Estado. In: CARVALHO, M. C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 2000: características gerais da população**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf>. Acesso em 25 maio 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2016.

INEP. **Resumo técnico**: censo da educação superior de 2009. Brasília, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf>. Acesso em 17 jan. 2016.

_____. **Resumo técnico**: censo da educação superior de 2011. Brasília, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em 17 jan. 2016.

INSTITUTO MUITO ESPECIAL. **Casa acessível**: manual de acessibilidade e design inclusivo para habitação. Rio de Janeiro: Instituto Muito Especial, 2011.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Apresentação. In: Resende, Ana Paula Crosara; Vital, Flávia Maria de Paiva. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: CORDE, 2008.

MALHEIROS, T. M. de C. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual**: um estudo de caso da Biblioteca Digital e sonora da Universidade de Brasília. 2013. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MANZINI, E. J. Introdução. In: MARQUEZINI, M. C. et al. **Educação física, atividades motoras e lúdicas, e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: Eduel, 2003. p. xxi-xxvi.

_____. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004. Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004.

_____. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de. **Educação especial**: dialogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MARENGO, L.; DUTRA, S. K. Análise das condições de acessibilidade existentes nas bibliotecas universitárias para usuários portadores de necessidade especiais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Trabalho oral...** São Paulo, 2008. p. 1-12.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.30, n.2, p.29-34, maio/ago. 2001.

- MEDEIROS, M.; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e envelhecimento**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD_1040.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- MELO, A. M.; COSTA, J. B. da; SOARES, S. C. de M.. Tecnologias assistivas. In: **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 62-70.
- MIRANDA, A. Biblioteca universitária no Brasil: reflexos sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. **Anais...** Niterói, 1978. p. 1-10.
- MOREIRA L.C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.
- OLIVEIRA, E. T. G. de. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- OLIVEIRA, F. B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos e Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108. 2012.
- OLIVEIRA, L. R. de. **Biblioteca universitária: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo MEC ao contexto brasileiro**. 2004. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.
- OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da constituição federal**. São Paulo: Xamá, 2001.
- OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, [2011]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 18 maio 2015.
- PAULA, S. N. de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.
- PELA, M. A. P. **A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PRIETO, R. G. **Política educacional do município de São Paulo**: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996. 2000. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRES, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das Bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008. 137p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação Inclusiva**. São Paulo. Summus Editorial, 2006.

RUSSO, M. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: diretrizes para o próximo milênio. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1998.

SANTANA, J. V. Biblioteca universitária e a transferência da informação: problemas e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 1989.

SASSAKI, Romeu Zazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**: revista de educação especial, Brasília, p.19-23. out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2016.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo a trajetória institucional na busca de soluções. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais. In: **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha, 7-10 de jun.1994.

_____. **Política de mudanças e desenvolvimento no ensino superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros**. Brasília: UNESCO, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Cadernos de acessibilidade**. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. Sensibiliza UFF. **UFF a caminho da inclusão**, [2009]. Disponível em: <<http://www.prograd.uff.br/sensibiliza/uff-caminho-da-inclusao>>. Acesso em 18 fev. 2016.

_____. Sensibiliza UFF. **Quem somos**, [2012]. Disponível em: <<https://sensibilizauff.com/quem-somos/>>. Acesso em 18 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Sensibiliza UFF. **Sensibiliza-UFF completou seis anos com muitos avanços, novos projetos e boas histórias para contar**, 2015.

Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=sensibiliza-uff-completou-seis-anos-com-muitos-avancos-novos-projetos-e-boas-historias-para-contar>>. Acesso em 18 fev. 2016.

WERNECK, C. **Você é gente?** O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

APÊNDICE A – LISTA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

LEGENDA:

S: SIM **N:** NÃO **P:** PARCIALMENTE **N/A:** NÃO SE APLICA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

1 – Entorno da Biblioteca

Entorno da Biblioteca	
O transporte público no entorno da biblioteca é acessível?	
O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos?	
Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?	
As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?	
A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?	
Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal?	

2 – Entrada da Biblioteca

Entrada da Biblioteca	
Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?	
Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?	
A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?	
A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)?	
As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9).	
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	
As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	

3 – Espaços internos da Biblioteca

Espaços internos da Biblioteca	
Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?	
A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?	
Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?	
A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?	
A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?	
O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.?	
As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?	
A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m?	

4 – Pisos da Biblioteca

Pisos da Biblioteca	
Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?	
O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).	
A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2015).	
A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?	
Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis).	

5 – Corredores da Biblioteca

Corredores da Biblioteca	
Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90m?	
Os corredores de uso comum com extensão de até 10,0m apresentam largura mínima de 1,20m?	
Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,0m apresentam largura mínima de 1,50m?	

6 – Sanitários da Biblioteca

Sanitários da Biblioteca	
Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?	
O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?	
O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?	

ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

7 – Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca

Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca	
O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?	
No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?	
O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).	

8 – Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca

Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca	
No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?	
As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?	
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	
As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e confortável).	
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	
Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?	

9 – Estantes da Biblioteca

Estantes da Biblioteca	
As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).	
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).	
A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?	